

Q1.

E se o Império Romano não tivesse acabado?

Em vez da França, a província de Gália. Em vez da Inglaterra, a Bretanha. Em vez da Bulgária, a Trácia. Quem já leu as aventuras de Asterix conhece bem esses nomes esquisitos de regiões dominadas pelos exércitos de Roma (as histórias do herói gaulês se passam por volta de 50 a.C., época do apogeu do Império Romano). Pois assim seria o Velho Mundo se o império com sede em Roma não tivesse se desintegrado: uma única nação contornando o Mediterrâneo ao longo das costas europeia, asiática e africana. Mas a mudança dos nomes das localidades europeias é a menos importante das diferenças. O mundo seria outro. O capitalismo talvez ainda não tivesse surgido e, sem ele, a conquista e a colonização da América não aconteceriam. No final das contas, o Brasil poderia ser até hoje uma terra de índios.

Mas vamos aos poucos. Primeiro é bom lembrar o que houve com o império de Roma. O poder imperial começou a se esfumar no século 3, quando ocorreram lutas internas entre generais e vivia-se uma verdadeira anarquia militar. Para se ter uma ideia, em 50 anos houve pelo menos 20 imperadores, que foram destituídos um após o outro (alguns inclusive reinaram simultaneamente, em conflito).

Não era para menos. A economia romana era baseada no trabalho escravo e o suprimento de escravos dependia da conquista de novos territórios. O problema foi que o reino tornou-se grande demais para ser administrado, as conquistas minguaram, os escravos escassearam e a vida boa acabou. A arrecadação de impostos diminuiu e a população pobre começou a reclamar. Para ajudar, ainda havia o cristianismo (que era contra a escravidão e a riqueza da elite) e uma peste

que varreu a região. Nessa barafunda de problemas, tentou-se de tudo, até a divisão administrativa do império em dois, o do Ocidente (com sede em Roma) e o do Oriente (o Império Bizantino), com sede em Constantinopla (onde antes ficava Bizâncio).

Para este último, a solução foi eficaz. Mas o Império Romano do Ocidente, assolado pela crise econômica, perdeu seu poder militar e foi aos poucos invadido por guerreiros germânicos. Em 395, a divisão administrativa transformou-se em divisão política e o império rachou em dois. Deixada à própria sorte, a metade ocidental durou pouco. A queda definitiva ocorreu em 476, quando a tribo do rei Odoacro derrubou o último chefe de Roma, Rômulo Augústulo. No Oriente, no entanto, o Império Romano continuou existindo por quase mil anos, até 1453, quando os turcos tomaram Constantinopla.

Se o Império Romano resistisse, possivelmente ele seria parecido com sua metade oriental, diz Pedro Paulo Funari, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em primeiro lugar, o imperador seria também o papa, como em Constantinopla, onde o imperador governava tudo o que interessava: o Exército e a Igreja. Ou isso ou haveria uma divisão de poderes com a Igreja. Essa mistura de papéis provavelmente criaria situações curiosas, como bispos governando uma província como Portugal, ou melhor, a Lusitânia, e párocos dirigindo cidades.

A influência religiosa seria ainda maior do que foi na Idade Média ou atualmente. Nas províncias, o divórcio e o aborto provavelmente seriam proibidos e não seria nenhum absurdo que alguns costumes alimentares cristãos, como comer peixe às sextas-feiras, tivessem a força de lei, com penas severas (o açoite, o exílio e a prisão domiciliar eram comuns) para quem degustasse uma costelinha no dia sagrado.

As línguas derivadas do latim, como o português, o espanhol, o francês e o italiano, provavelmente seriam muito diferentes. O português, por exemplo, não teria sofrido a influência das línguas árabe e germânica, já que, nesse nosso mundo hipotético, possivelmente não ocorreriam as invasões dos germânicos e muçulmanos na península Ibérica.

Palavras de origem árabe e tão portuguesas, como azeite, não fariam parte do nosso vocabulário.

E o capitalismo? "Provavelmente demoraria mais para acontecer", afirma Funari. "Impérios em geral dificultam o desenvolvimento do capitalismo, que depende do individualismo para se desenvolver. Um Estado muito forte e controlador é um obstáculo", diz o historiador. Na Europa, o feudalismo e a fragmentação do poder favoreceram o surgimento do capitalismo. No Japão, onde houve a fragmentação do Estado e a implantação de um sistema de shogunato, isso também aconteceu, ao contrário da China, um império que durou até 1911. Retardado o capitalismo, a colonização da América também seria outra. E os astecas, incas, tupinambás e guaranis talvez tivessem se desenvolvido mais e oferecido maior resistência aos europeus. Indo mais longe, um império inca talvez pudesse existir até hoje. Mas essa é uma outra hipótese.

(Lia Hama e Adriano Sambugaro – http://super.abril.com.br/cultura/se-imperio-romano-nao-tivesse-acabado-444330.shtml?utm_source=redesabril_super&utm_medium=facebook&utm_campaign=redesabril_jovem.)

Tendo em vista as características semânticas e formais do texto, entende-se que o principal objetivo do texto é:

- A) Relatar um fato.
- B) Narrar uma história.
- C) Instruir procedimentos.
- D) Explicar um conhecimento.

Q2.

E se o Império Romano não tivesse acabado?

Em vez da França, a província de Gália. Em vez da Inglaterra, a Bretanha. Em vez da Bulgária, a Trácia. Quem já leu as aventuras de Asterix conhece bem esses nomes esquisitos de regiões dominadas pelos exércitos de Roma (as histórias do herói gaulês se passam por volta de 50 a.C., época do apogeu do Império Romano). Pois assim seria o Velho Mundo se o império com sede em Roma não tivesse se desintegrado: uma única nação contornando o Mediterrâneo ao longo das costas europeia, asiática e africana. Mas a mudança dos nomes das localidades europeias é a menos importante das diferenças. O mundo seria outro. O capitalismo talvez ainda não tivesse surgido e, sem ele, a conquista e a colonização da América não aconteceriam. No final das contas, o Brasil poderia ser até hoje uma terra de índios.

Mas vamos aos poucos. Primeiro é bom lembrar o que houve com o império de Roma. O poder imperial começou a se esfalar no século 3, quando ocorreram lutas internas entre generais e vivia-se uma verdadeira anarquia militar. Para se ter uma ideia, em 50 anos houve pelo menos 20 imperadores, que foram destituídos um após o outro (alguns inclusive reinaram simultaneamente, em conflito).

Não era para menos. A economia romana era baseada no trabalho escravo e o suprimento de escravos dependia da conquista de novos territórios. O problema foi que o reino tornou-se grande demais para ser administrado, as conquistas minguaram, os escravos escassearam e a vida boa acabou. A arrecadação de impostos diminuiu e a população pobre começou a reclamar. Para ajudar, ainda havia o cristianismo (que era contra a escravidão e a riqueza da elite) e uma peste

que varreu a região. Nessa barafunda de problemas, tentou-se de tudo, até a divisão administrativa do império em dois, o do Ocidente (com sede em Roma) e o do Oriente (o Império Bizantino), com sede em Constantinopla (onde antes ficava Bizâncio).

Para este último, a solução foi eficaz. Mas o Império Romano do Ocidente, assolado pela crise econômica, perdeu seu poder militar e foi aos poucos invadido por guerreiros germânicos. Em 395, a divisão administrativa transformou-se em divisão política e o império rachou em dois. Deixada à própria sorte, a metade ocidental durou pouco. A queda definitiva ocorreu em 476, quando a tribo do rei Odoacro derrubou o último chefe de Roma, Rômulo Augústulo. No Oriente, no entanto, o Império Romano continuou existindo por quase mil anos, até 1453, quando os turcos tomaram Constantinopla.

Se o Império Romano resistisse, possivelmente ele seria parecido com sua metade oriental, diz Pedro Paulo Funari, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em primeiro lugar, o imperador seria também o papa, como em Constantinopla, onde o imperador governava tudo o que interessava: o Exército e a Igreja. Ou isso ou haveria uma divisão de poderes com a Igreja. Essa mistura de papéis provavelmente criaria situações curiosas, como bispos governando uma província como Portugal, ou melhor, a Lusitânia, e párocos dirigindo cidades.

A influência religiosa seria ainda maior do que foi na Idade Média ou atualmente. Nas províncias, o divórcio e o aborto provavelmente seriam proibidos e não seria nenhum absurdo que alguns costumes alimentares cristãos, como comer peixe às sextas-feiras, tivessem a força de lei, com penas severas (o açoite, o exílio e a prisão domiciliar eram comuns) para quem degustasse uma costelinha no dia sagrado.

As línguas derivadas do latim, como o português, o espanhol, o francês e o italiano, provavelmente seriam muito diferentes. O português, por exemplo, não teria sofrido a influência das línguas árabe e germânica, já que, nesse nosso mundo hipotético, possivelmente não ocorreriam as invasões dos germânicos e muçulmanos na península Ibérica. Palavras de origem árabe e tão portuguesas, como azeite, não fariam parte do nosso vocabulário.

E o capitalismo? "Provavelmente demoraria mais para acontecer", afirma Funari. "Impérios em geral dificultam o desenvolvimento do capitalismo, que depende do individualismo para se desenvolver. Um Estado muito forte e controlador é um obstáculo", diz o historiador. Na Europa, o feudalismo e a fragmentação do poder favoreceram o surgimento do capitalismo. No Japão, onde houve a fragmentação do Estado e a implantação de um sistema de shogunato, isso também aconteceu, ao contrário da China, um império que durou até 1911. Retardado o capitalismo, a colonização da América também seria outra. E os astecas, incas, tupinambás e guaranis talvez tivessem se desenvolvido mais e oferecido maior resistência aos europeus. Indo mais longe, um império inca talvez pudesse existir até hoje. Mas essa é uma outra hipótese.

(Lia Hama e Adriano Samburgaro – http://super.abril.com.br/cultura/se-imperio-romano-nao-tivesse-acabado-444330.shtml?utm_source=redesabril_super&utm_medium=facebook&utm_campaign=redesabril_jovem.)

Para constituir a tessitura textual, os autores do texto elencam informações

- A) verídicas.
- B) palpáveis.
- C) constatáveis.
- D) contrafactuais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da ortografia oficial / Emprego das letras

Fonte: TÉCNICO DE INFORMÁTICA / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q3.

Análise a frase a seguir: "A Igreja acusou a ciência de prejudicar a moral". Acerca da frase, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () "A ciência foi acusada de prejudicar a moral." é uma de suas versões em voz passiva.
- () "Acusou-se a ciência de prejudicar a moral." é uma de suas versões em voz passiva.
- () Na passagem da voz ativa para passiva, o objeto direto na versão ativa se tornou sujeito na versão passiva.
- () Na passagem da voz ativa para passiva, o sujeito na versão ativa se tornou objeto direto na versão passiva.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) V, V, V, F.
- C) V, F, V, V.
- D) F, F, F, V.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da ortografia oficial / Emprego da acentuação gráfica

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2016 / FCC

Q4.

O museu é considerado um instrumento de neutralização – e talvez o seja de fato. Os objetos que nele se encontram reunidos trazem o testemunho de disputas sociais, de conflitos políticos e religiosos. Muitas obras antigas celebram vitórias militares e conquistas: a maior parte presta homenagem às potências dominantes, suas financiadoras. As obras modernas são, mais genericamente, animadas pelo espírito crítico: elas protestam contra os fatos da realidade, os poderes, o estado das coisas. O museu reúne todas essas manifestações de sentido oposto. Expõe tudo junto em nome de um valor que se presume partilhado por elas: a qualidade artística. Suas diferenças funcionais, suas divergências políticas são apagadas. A violência de que participavam, ou que combatiam, é esquecida. O museu parece assim desempenhar um papel de pacificação social. A guerra das imagens extingue-se na pacificação dos museus.

Todos os objetos reunidos ali têm como princípio o fato de terem sido retirados de seu contexto. Desde então, dois pontos de vista concorrentes são possíveis. De acordo com o primeiro, o museu é por excelência o lugar de advento da Arte enquanto tal, separada de seus pretextos, libertada de suas sujeições. Para o segundo, e pela mesma razão, é um "depósito de despojos". Por um lado, o museu facilita o acesso das obras a um status estético que as exalta. Por outro, as reduz a um destino igualmente estético, mas, desta vez, concebido como um estado letárgico.

A colocação em museu foi descrita e denunciada frequentemente como uma desvitalização do simbólico, e a musealização progressiva dos objetos de uso como outros tantos escândalos sucessivos. Ainda seria preciso perguntar sobre a razão do "escândalo". Para que haja escândalo, é necessário que tenha havido atentado ao sagrado. Diante de cada crítica escandalizada dirigida ao museu, seria interessante desvendar que valor foi previamente sacralizado. A Religião? A Arte? A singularidade absoluta da obra? A Revolta? A Vida autêntica? A integridade do Contexto original? Estranha inversão de perspectiva. Porque, simultaneamente, a crítica mais comum contra o museu apresenta-o como sendo, ele próprio, um órgão de sacralização. O museu, por retirar as obras de sua origem, é realmente "o lugar simbólico onde o trabalho de abstração assume seu caráter mais violento e mais ultrajante". Porém, esse trabalho de abstração e esse efeito de alienação operam em toda parte. É a ação do tempo, conjugada com nossa ilusão da presença mantida e da arte conservada.

(Adaptado de: GALARD, Jean. Beleza Exorbitante. São Paulo, Fap.-Unifesp, 2012, p. 68-71)

Atente para as afirmativas abaixo.

I. Em ... presta homenagem às potências dominantes... (1º parágrafo), o sinal indicativo de crase pode ser suprimido excluindo-se também o artigo definido, sem prejuízo para a correção.

II. O acento em "têm" (2º parágrafo) é de caráter diferencial, em razão da semelhança com a forma singular "tem", diferentemente do acento aplicado a "porém" (3º parágrafo), devido à tonicidade da última sílaba, terminada em "em".

III. Os acentos nos termos "excelência" (2º parágrafo) e "necessário" (3º parágrafo) devem-se à mesma razão.

Está correto o que consta em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) II e III, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio dos mecanismos de coesão textual / Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciamento textual

Fonte: TÉCNICO DE INFORMÁTICA / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q5.

Um motivo para chorar
(Olden Hugo.)

Era um café da manhã, por volta das sete, a mim fato corriqueiro, na padaria da rua Maricá. Um homem estava já à mesa menor, só, com pães intactos e apenas o café sendo bebericado, sem aparentar gosto nesse ato. Permaneceu assim por grupos de minutos. Seus olhos focavam, através do vidro, o nada da movimentação expedita de automóveis, bicicletas, cães e pessoas. Houve uma lágrima.

Engoli com esforço quando notei o choro emudecido daquele homem. Sua expressão se inalterou no rosto. Era fato bastante enigmático. Não tive reação precisa. Mais lágrimas vieram. Meu café demorou mais que o costureiro. Pensei em oferecer-lhe um lenço, em perguntar se precisava de algo. Nada disso fiz.

Vieram a meu coração tantas razões quantas possíveis capazes de levá-lo a emoção extrema.

Era sem dúvida a perda de alguém para a morte inexorável, irreversível. É o motivo mais justo para chorar, o mais comum. Certamente ele amava essa pessoa com um amor que vem naturalmente, com os sentimentos que são latentes nos genes e que se despertam na convivência familiar. Era um amor de grilhões sanguíneos: seu pai, sua mãe, um irmão ou irmã. As lágrimas resultavam, por conseguinte, de lembranças inumeráveis de momentos em presença a qual jamais voltará a se efetivar. Jamais.

Mas me houve dúvida. Julgando melhor, vi que o choro era solitário mesmo por solidão. Sua mulher não o acompanhava, não mais. E seria assim adiante. Era um choro de fim, definitivo. Era o fim do amor, que nunca acaba. Ele devia amá-la por motivos inquebráveis, não por sangue, mas por vida compartilhada, o que pode ser mais rijo. Lembrava-se, é pouco improvável, de trocas de solicitudes ao longo da vivência de um mundo restrito a ambos. Recordava-se, e isso provocava o choro, do amor que cresceu por serem uma vida em dois corpos que venceram guerras e festejaram glórias, solitários em sua união.

Não era, entretanto, ainda acertado isso. Um amigo apartado, a perda de um emprego de relações vetustas são igualmente legítimas causas de pranto. E por alegria também se chora.

Outras lágrimas ganharam a superfície da mesa, passando antes por sua mão que tapava a boca, talvez contendo palavras que viviam por si. Ele suspirava fundo.

Havia mais possibilidades. Era então a distância do filho cuja voz diariamente lhe soprava suave os ouvidos, numa ficção tão verossímil que lhe arrancava de dentro o choro evitável por ser doloroso. A lembrança era da personalidade tão autônoma do menino, que mal sabia falar, mas que agia intrépido e seguro sempre. A lembrança era do cheiro, da textura da pele, dos abraços e beijos de amor real. Lembrava-se dos olhos nos seus olhos, como se nada mais houvesse a ver no universo. E não havia de melhor. Nisso vinha o choro.

Uma lágrima me desceu junto. Não consegui terminar o café. Ele se levantou e se encaminhou ao caixa. Eu o segui com os olhos, bem úmidos. Quis dar nele um abraço demorado e dizer-lhe que tudo ficaria bem. Quis dizer a ele, com doçura, que era passageiro. Era minha vontade oferecer-lhe um conforto. Ia chamá-lo, mas minha garganta se embargou e chorei mais. Ele saiu pela porta sem que eu sequer pudesse apertar a sua mão.

(Disponível em: <https://www.facebook.com/oldenhugo.silvafarias/posts/1583838504972154.>)

Dos trechos apresentados a seguir, a próclise só é obrigatória, de acordo com a Gramática Normativa do Português, em um dos casos. Que caso é esse?

- A) “Uma lágrima me desceu junto.” (9º§)
- B) “Sua mulher não o acompanhava, não mais.” (5º§)
- C) “Era então a distância do filho cuja voz diariamente lhe soprava suave os ouvidos.” (8º§)
- D) “As lágrimas resultavam, por conseguinte, de lembranças inumeráveis de momentos em presença a qual jamais voltará a se efetivar.” (4º§)

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio dos mecanismos de coesão textual / Emprego/correlação de tempos e modos verbais

Q6.

[Civilização e sofrimento]

É uma afirmação corrente que boa parte da culpa dos sofrimentos humanos vem do que é chamado de nossa civilização. Seríamos bem mais felizes se a abandonássemos e retrocedêssemos a condições primitivas, satisfazendo nossos instintos básicos. Tal asserção me parece espantosa, porque é fato estabelecido – como quer que se defina o conceito de civilização – que tudo aquilo com que nos protegemos da ameaça das fontes do sofrer é parte da civilização. Como é que tantas pessoas chegaram a partilhar esse ponto de vista de surpreendente hostilidade à civilização? Acho que uma profunda insatisfação com o estado civilizacional existente preparou o solo no qual, em determinadas ocasiões históricas, formou-se essa condenação.

(Adaptado de: FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011, p. 31)

Todas as formas verbais têm emprego plenamente adequado na seguinte frase:

- A) Teríamos sido bem mais felizes se abandonarmos as normas da civilização, vindo a retroceder aos hábitos primitivos.
- B) Seremos mais felizes se houvermos de satisfazer nossos instintos mais primários, que há tanto abandonáramos.
- C) Não importa como se a defina, é imperativo que a civilização se mantenha consolidada como projeto humano.
- D) Deverão haver ainda mais hostilidades contra a civilização, caso se viesse a insistir no bem maior da vida primitiva.
- E) Será espantoso se, em pleno processo civilizatório, vírmos a renunciar ao que já nos guiara por tanto tempo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfosintática do período / Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração

Fonte: AGENTE ADMINISTRATIVO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q7.

E se o Império Romano não tivesse acabado?

Em vez da França, a província de Gália. Em vez da Inglaterra, a Bretanha. Em vez da Bulgária, a Trácia. Quem já leu as aventuras de Asterix conhece bem esses nomes esquisitos de regiões dominadas pelos exércitos de Roma (as histórias do herói gaulês se passam por volta de 50 a.C., época do apogeu do Império Romano). Pois assim seria o Velho Mundo se o império com sede em Roma não tivesse se desintegrado: uma única nação contornando o Mediterrâneo ao longo das costas europeia, asiática e africana. Mas a mudança dos nomes das localidades europeias é a menos importante das diferenças. O mundo seria outro. O capitalismo talvez ainda não tivesse surgido e, sem ele, a conquista e a colonização da América não aconteceriam. No final das contas, o Brasil poderia ser até hoje uma terra de índios.

Mas vamos aos poucos. Primeiro é bom lembrar o que houve com o império de Roma. O poder imperial começou a se esfumar no século 3, quando ocorreram lutas internas entre generais e vivia-se uma verdadeira anarquia militar. Para se ter uma ideia, em 50 anos houve pelo menos 20 imperadores, que foram destituídos um após o outro (alguns inclusive reinaram simultaneamente, em conflito).

Não era para menos. A economia romana era baseada no trabalho escravo e o suprimento de escravos dependia da conquista de novos territórios. O problema foi que o reino tornou-se grande demais para ser administrado, as conquistas minguaram, os escravos escassearam e a vida boa acabou. A arrecadação de impostos diminuiu e a população pobre começou a reclamar. Para ajudar, ainda havia o cristianismo (que era contra a escravidão e a riqueza da elite) e uma peste

que varreu a região. Nessa barafunda de problemas, tentou-se de tudo, até a divisão administrativa do império em dois, o do Ocidente (com sede em Roma) e o do Oriente (o Império Bizantino), com sede em Constantinopla (onde antes ficava Bizâncio).

Para este último, a solução foi eficaz. Mas o Império Romano do Ocidente, assolado pela crise econômica, perdeu seu poder militar e foi aos poucos invadido por guerreiros germânicos. Em 395, a divisão administrativa transformou-se em divisão política e o império rachou em dois. Deixada à própria sorte, a metade ocidental durou pouco. A queda definitiva ocorreu em 476, quando a tribo do rei Odoacro derrubou o último chefe de Roma, Rômulo Augústulo. No Oriente, no entanto, o Império Romano continuou existindo por quase mil anos, até 1453, quando os turcos tomaram Constantinopla.

Se o Império Romano resistisse, possivelmente ele seria parecido com sua metade oriental, diz Pedro Paulo Funari, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em primeiro lugar, o imperador seria também o papa, como em Constantinopla, onde o imperador governava tudo o que interessava: o Exército e a Igreja. Ou isso ou haveria uma divisão de poderes com a Igreja. Essa mistura de papéis provavelmente criaria situações curiosas, como bispos governando uma província como Portugal, ou melhor, a Lusitânia, e párocos dirigindo cidades.

A influência religiosa seria ainda maior do que foi na Idade Média ou atualmente. Nas províncias, o divórcio e o aborto provavelmente seriam proibidos e não seria nenhum absurdo que alguns costumes alimentares cristãos, como comer

peixe às sextas-feiras, tivessem a força de lei, com penas severas (o açoite, o exílio e a prisão domiciliar eram comuns) para quem degustasse uma costelinha no dia sagrado.

As línguas derivadas do latim, como o português, o espanhol, o francês e o italiano, provavelmente seriam muito diferentes. O português, por exemplo, não teria sofrido a influência das línguas árabe e germânica, já que, nesse nosso mundo hipotético, possivelmente não ocorreriam as invasões dos germânicos e muçulmanos na península Ibérica.

Palavras de origem árabe e tão portuguesas, como azeite, não fariam parte do nosso vocabulário.

E o capitalismo? “Provavelmente demoraria mais para acontecer”, afirma Funari. “Impérios em geral dificultam o desenvolvimento do capitalismo, que depende do individualismo para se desenvolver. Um Estado muito forte e controlador é um obstáculo”, diz o historiador. Na Europa, o feudalismo e a fragmentação do poder favoreceram o surgimento do capitalismo. No Japão, onde houve a fragmentação do Estado e a implantação de um sistema de shogunato, isso também aconteceu, ao contrário da China, um império que durou até 1911. Retardado o capitalismo, a colonização da América também seria outra. E os astecas, incas, tupinambás e guaranis talvez tivessem se desenvolvido mais e oferecido maior resistência aos europeus. Indo mais longe, um império inca talvez pudesse existir até hoje. Mas essa é uma outra hipótese.

(Lia Hama e Adriano Sambugaro – http://super.abril.com.br/cultura/se-imperio-romano-nao-tivesse-acabado-444330.shtml?utm_source=redesabril_super&utm_medium=facebook&utm_campaign=redesabril_jovem.)

Por se tratar de um texto que constitui uma realidade conjectural, os autores se valem de diferentes estratégias lexicais e gramaticais para caracterizar dessa maneira algumas informações. Das estratégias apresentadas a seguir para que se obtenha esse efeito nas informações de natureza hipotética, apenas uma NÃO pode ser encontrada no texto. Que característica é essa?

- A) Uso de advérbios de dúvida.
- B) Uso de pronomes indefinidos.
- C) Uso de orações adverbiais condicionais.
- D) Uso do futuro do pretérito do indicativo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfossintática do período / Emprego dos sinais de pontuação

Fonte: TÉCNICO DE INFORMÁTICA / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q8.

Um motivo para chorar (Olden Hugo.)

Era um café da manhã, por volta das sete, a mim fato corriqueiro, na padaria da rua Maricá. Um homem estava já à mesa menor, só, com pães intactos e apenas o café sendo bebericado, sem aparentar gosto nesse ato. Permaneceu assim por grupos de minutos. Seus olhos focavam, através do vidro, o nada da movimentação expedita de automóveis, bicicletas, cães e pessoas. Houve uma lágrima.

Engoli com esforço quando notei o choro emudecido daquele homem. Sua expressão se inalterou no rosto. Era fato bastante enigmático. Não tive reação precisa. Mais lágrimas vieram. Meu café demorou mais que o costureiro. Pensei em oferecer-lhe um lenço, em perguntar se precisava de algo. Nada disso fiz.

Vieram a meu coração tantas razões quantas possíveis capazes de levá-lo a emoção extrema.

Era sem dúvida a perda de alguém para a morte inexorável, irreversível. É o motivo mais justo para chorar, o mais comum. Certamente ele amava essa pessoa com um amor que vem naturalmente, com os sentimentos que são latentes nos genes e que se despertam na convivência familiar. Era um amor de grilhões sanguíneos: seu pai, sua mãe, um irmão ou irmã. As lágrimas resultavam, por conseguinte, de lembranças inumeráveis de momentos em presença a qual jamais voltará a se efetivar. Jamais.

Mas me houve dúvida. Julgando melhor, vi que o choro era solitário mesmo por solidão. Sua mulher não o acompanhava, não mais. E seria assim adiante. Era um choro de fim, definitivo. Era o fim do amor, que nunca acaba. Ele devia amá-la por motivos inquebráveis, não por sangue, mas por vida compartilhada, o que pode ser mais rijo. Lembrava-se, é pouco improvável, de trocas de solicitudes ao longo da vivência de um mundo restrito a ambos. Recordava-se, e isso provocava o choro, do amor que cresceu por serem uma vida em dois corpos que venceram guerras e festejaram glórias, solitários em sua união.

Não era, entretanto, ainda acertado isso. Um amigo apartado, a perda de um emprego de relações vetustas são igualmente legítimas causas de pranto. E por alegria também se chora.

Outras lágrimas ganharam a superfície da mesa, passando antes por sua mão que tapava a boca, talvez contendo palavras que viviam por si. Ele suspirava fundo.

Havia mais possibilidades. Era então a distância do filho cuja voz diariamente lhe soprava suave os ouvidos, numa ficção tão verossímil que lhe arrancava de dentro o choro evitável por ser doloroso. A lembrança era da personalidade tão autônoma do menino, que mal sabia falar, mas que agia intrépido e seguro sempre. A lembrança era do cheiro, da textura da pele, dos abraços e beijos de amor real. Lembrava-se dos olhos nos seus olhos, como se nada mais houvesse a ver no universo. E não havia de melhor. Nisso vinha o choro.

Uma lágrima me desceu junto. Não consegui terminar o café. Ele se levantou e se encaminhou ao caixa. Eu o segui com os olhos, bem úmidos. Quis dar nele um abraço demorado e dizer-lhe que tudo ficaria bem. Quis dizer a ele, com doçura, que era passageiro. Era minha vontade oferecer-lhe um conforto. Ia chamá-lo, mas minha garganta se embargou

e chorei mais. Ele saiu pela porta sem que eu sequer pudesse apertar a sua mão.

(Disponível em: <https://www.facebook.com/oldenhugo.silvafarias/posts/1583838504972154.>)

Análise o uso das vírgulas no trecho a seguir: “Seus olhos focavam, através do vidro, o nada da movimentação expedita de automóveis, bicicletas, cães e pessoas.” (1º§) Das alternativas apresentadas, em apenas uma as vírgulas dos trechos destacados são usadas por razões distintas das destacadas no trecho apresentado neste enunciado. Que alternativa é essa?

- A) “Pensei em oferecer-lhe um lenço, em perguntar se precisava de algo.” (2º§)
- B) “Era sem dúvida a perda de alguém para a morte inexorável, irreversível.” (4º§)
- C) “Era um amor de grillhões sanguíneos: seu pai, sua mãe, um irmão ou irmã.” (4º§)
- D) “Um amigo apartado, a perda de um emprego de relações vetustas são igualmente legítimas causas de pranto.” (6º§)

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfossintática do período / Concordância verbal e nominal

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q9.

I
.....

, no cinema, alguns críticos e intelectuais que, como o russo *Sergei Eisenstein*,

II
.....

conhecimento teórico sobre a
linguagem cinematográfica e, em determinado momento,

III
.....

colocar suas teorias em prática.

(Adaptado de: *BALLERINI, Franthiesco. Op. cit.*)

Preenchem corretamente as lacunas I, II e III da frase acima, na ordem dada:

- A) Surge – possuíram – decidirão
- B) Surgiram – possuíam – decidiram
- C) Surgirão – possuíam – decida
- D) Havia surgido – possuíassem – decidirão
- E) Surgem – possuam – haveria de decidir

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfossintática do período / Emprego do sinal indicativo de crase

Fonte: AGENTE ADMINISTRATIVO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q10.

E se o Império Romano não tivesse acabado?

Em vez da França, a província de Gália. Em vez da Inglaterra, a Bretanha. Em vez da Bulgária, a Trácia. Quem já leu as aventuras de Asterix conhece bem esses nomes esquisitos de regiões dominadas pelos exércitos de Roma (as histórias do herói gaulês se passam por volta de 50 a.C., época do apogeu do Império Romano). Pois assim seria o Velho Mundo se o império com sede em Roma não tivesse se desintegrado: uma única nação contornando o Mediterrâneo ao longo das costas europeia, asiática e africana. Mas a mudança dos nomes das localidades europeias é a menos importante das diferenças. O mundo seria outro. O capitalismo talvez ainda não tivesse surgido e, sem ele, a conquista e a colonização da América não aconteceriam. No final das contas, o Brasil poderia ser até hoje uma terra de índios.

Mas vamos aos poucos. Primeiro é bom lembrar o que houve com o império de Roma. O poder imperial começou a se esfarelar no século 3, quando ocorreram lutas internas entre generais e vivia-se uma verdadeira anarquia militar. Para

se ter uma ideia, em 50 anos houve pelo menos 20 imperadores, que foram destituídos um após o outro (alguns inclusive reinaram simultaneamente, em conflito).

Não era para menos. A economia romana era baseada no trabalho escravo e o suprimento de escravos dependia da conquista de novos territórios. O problema foi que o reino tornou-se grande demais para ser administrado, as conquistas minguaram, os escravos escassearam e a vida boa acabou. A arrecadação de impostos diminuiu e a população pobre começou a reclamar. Para ajudar, ainda havia o cristianismo (que era contra a escravidão e a riqueza da elite) e uma peste

que varreu a região. Nessa barafunda de problemas, tentou-se de tudo, até a divisão administrativa do império em dois, o do Ocidente (com sede em Roma) e o do Oriente (o Império Bizantino), com sede em Constantinopla (onde antes ficava Bizâncio).

Para este último, a solução foi eficaz. Mas o Império Romano do Ocidente, assolado pela crise econômica, perdeu seu poder militar e foi aos poucos invadido por guerreiros germânicos. Em 395, a divisão administrativa transformou-se em divisão política e o império rachou em dois. Deixada à própria sorte, a metade ocidental durou pouco. A queda definitiva ocorreu em 476, quando a tribo do rei Odoacro derrubou o último chefe de Roma, Rômulo Augústulo. No Oriente, no entanto, o Império Romano continuou existindo por quase mil anos, até 1453, quando os turcos tomaram Constantinopla.

Se o Império Romano resistisse, possivelmente ele seria parecido com sua metade oriental, diz Pedro Paulo Funari, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em primeiro lugar, o imperador seria também o papa, como em Constantinopla, onde o imperador governava tudo o que interessava: o Exército e a Igreja. Ou isso ou haveria uma divisão de poderes com a Igreja. Essa mistura de papéis provavelmente criaria situações curiosas, como bispos governando uma província como Portugal, ou melhor, a Lusitânia, e párocos dirigindo cidades.

A influência religiosa seria ainda maior do que foi na Idade Média ou atualmente. Nas províncias, o divórcio e o aborto provavelmente seriam proibidos e não seria nenhum absurdo que alguns costumes alimentares cristãos, como comer peixe às sextas-feiras, tivessem a força de lei, com penas severas (o açoitamento, o exílio e a prisão domiciliar eram comuns) para quem degustasse uma costelinha no dia sagrado.

As línguas derivadas do latim, como o português, o espanhol, o francês e o italiano, provavelmente seriam muito diferentes. O português, por exemplo, não teria sofrido a influência das línguas árabe e germânica, já que, nesse nosso mundo hipotético, possivelmente não ocorreriam as invasões dos germânicos e muçulmanos na península Ibérica. Palavras de origem árabe e tão portuguesas, como azeite, não fariam parte do nosso vocabulário.

E o capitalismo? "Provavelmente demoraria mais para acontecer", afirma Funari. "Impérios em geral dificultam o desenvolvimento do capitalismo, que depende do individualismo para se desenvolver. Um Estado muito forte e controlador é um obstáculo", diz o historiador. Na Europa, o feudalismo e a fragmentação do poder favoreceram o surgimento do capitalismo. No Japão, onde houve a fragmentação do Estado e a implantação de um sistema de shogunato, isso também aconteceu, ao contrário da China, um império que durou até 1911. Retardado o capitalismo, a colonização da América também seria outra. E os astecas, incas, tupinambás e guaranis talvez tivessem se desenvolvido mais e oferecido maior resistência aos europeus. Indo mais longe, um império inca talvez pudesse existir até hoje. Mas essa é uma outra hipótese.

(Lia Hama e Adriano Sambugaro – http://super.abril.com.br/cultura/se-imperio-romano-nao-tivesse-acabado-444330.shtml?utm_source=redesabril_super&utm_medium=facebook&utm_campaign=redesabril_jovem.)

Assinale a alternativa cujo conteúdo apresenta uso indevido do acento grave, indicador de crase na língua portuguesa.

- A) "Deixada à própria sorte, a metade ocidental durou pouco." (4º§)
- B) "... não seria nenhum absurdo que alguns costumes alimentares cristãos, como comer peixe às sextas-feiras, tivessem a força de lei, ..." (6º§)
- C) "... não seria nenhum absurdo que costumes alimentares cristãos tivessem a força de lei com penas severas àquele que degustasse uma costelinha no dia sagrado."
- D) "... assim seria o Velho Mundo se o Império Romano não tivesse se desintegrado: uma única nação contornando o Mediterrâneo à caminho das costas europeia, asiática e africana".

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio da estrutura morfossintática do período / Colocação dos pronomes átonos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / TRT 9ª / 2015 / FCC

Q11.

#PARTIU VIVER?

Sabe o que eu mais acho incrível nas redes sociais?

Como as pessoas acabam se tornando diferentes do que são.

Diferentes mesmo. Todo mundo é bonito, sai de casa

maquiado, com o cabelo certinho, come um prato digno de chef

e leva essa vida de comercial de margarina. Eu tenho perfil em

quase tudo o que é rede, mas também tenho uma teoria que

funciona, pra mim pelo menos: quanto mais ativo você está na

internet, mais chato está seu dia a dia. Sério, eu acredito nisso.

Boa parte das pessoas, nas redes sociais, vive a vida

que queria viver. Dá a impressão de que a internet se transformou em um trailer do seu dia a dia. Mas qualquer trailer no cinema parece interessante. Mais do que o filme em si. É só editar e apagar os defeitinhos com um filtro poderoso. Eu mesma não vou curtir sair com o cabelo arrepiado em foto, o problema é acreditar que a vida alheia é assim, 100% irretocável e divertida. Qualquer pessoa viva experimenta momentos de tristeza, tédio, preguiça, falta de inspiração, comida feia no prato, cabelo rebelde, olheira, dúvida sobre um tema... Supernormal não ser perfeito, não ter uma opinião formada sobre algo. Anormal mesmo é essa vida plástica que a gente nota pelo Snapchat, Facebook e Instagram.

(Adaptado de Scherma, Mariana, 01/10/2015. Disponível em: <www.cronicadodia.com.br/2015/10/partiu-viver-mariana-scherma.html>. Acessado em: 01/10/2015)

A colocação pronominal está correta em:

- A) As pessoas têm dedicado-se a compartilhar fotos de várias situações.
- B) Ela repara como tornam-se diferentes algumas pessoas nas redes sociais.
- C) A autora parece incomodar-se com algumas postagens nas redes sociais.
- D) Há vários recursos digitais que prestam-se a corrigir os defeitos das imagens.
- E) Atualmente, as pessoas sempre lembram-se de sorrir ao serem fotografadas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Reescrita de frases e parágrafos do texto

Fonte: CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q12.

Farmácia literária

Imagine chegar ao consultório ou ao hospital com um incômodo qualquer e sair de lá com a prescrição de uma terapia intensiva de George Orwell, seguida de pílulas de Fernando Pessoa, emplastros de Victor Hugo e doses generosas de Monteiro Lobato. Você não leu errado: uma boa história ajuda a aliviar depressão, ansiedade e outros problemas que atingem a cabeça e o resto do organismo.

Quem garante esse poder medicamentoso das ficções são as inglesas Ella Berthoud e Susan Elderkin, que acabam de publicar no Brasil *Farmácia Literária* (Verus). Redigida no estilo de manual médico, a obra reúne cerca de 200 males divididos em ordem alfabética. Para cada um, há dicas de leituras.

As autoras se conheceram enquanto estudavam literatura na Universidade de Cambridge. Entre um debate sobre um romance e outro, viraram amigas e criaram um serviço de biblioterapia, em que apontam exemplares para indivíduos que procuram assistência. “O termo biblioterapia vem do grego e significa a cura por meio dos livros”, ressalta Ella.

O método é tão sério que virou política de saúde pública no Reino Unido. Desde 2013, pacientes com doenças psiquiátricas recebem indicações do que devem ler direto do especialista. Da mesma maneira que vão à drogaria comprar remédios, eles levam o receituário à biblioteca e tomam emprestados os volumes aconselhados.

A iniciativa britânica foi implementada com base numa série de pesquisas recentes que avaliaram o papel das palavras no bem-estar. Uma experiência realizada na Universidade New School, nos Estados Unidos, mostrou que pessoas com o hábito de reservar um tempo às letras costumam ter maior empatia, ou seja, uma capacidade ampliada de entender e se colocar no lugar do próximo. Outra pesquisa da também americana Universidade Harvard apontou que leitores ávidos são mais sociáveis e abertos para conversar.

E olha que estamos falando de ficção mesmo. No novo livro não vemos gêneros como autoajuda ou biografia. “Eles já tinham o seu espaço, enquanto as ficções eram um recurso pouco utilizado. É difícil lembrar-se de uma condição que não tenha sido retratada em alguma narrativa”, esclarece Susan.

As autoras acreditam que é possível tirar lições valiosas do que fazer e do que evitar a partir da trajetória de heróis e vilões. “Ler sobre personagens que experimentaram ou sentiram as mesmas coisas que vivencio agora auxilia, inspira e apresenta perspectivas distintas”, completa.

As sugestões percorrem praticamente todas as épocas e movimentos literários da humanidade. A obra mais antiga que integra o livro é a epopeia *O Asno de Ouro*, assinada pelo romano Lúcio Apuleio no século 2, que serve de fármaco para exagero na autoconfiança. Há também os moderníssimos *Reparação*, do inglês Ian McEwan (solução para excesso de mentir

(A), e 1Q84, do japonês Haruki Murakami (potente para as situações em que o amor simplesmente termin

(A).

Disponível em 20 países, cada edição de *Farmácia Literária* é adaptada para a cultura local, com a inclusão de verbetes

e de literatos nacionais. “Nós precisamos contemplar as obras que formaram e moldaram o ideal daquela nação para que nosso ofício faça sentido”, conta Ella. No caso do Brasil, foram inseridos os principais textos de Machado de Assis, Guimarães Rosa e Milton Hatoum, que fazem companhia aos portugueses Eça de Queirós e José Saramago.

(16 de abril de 2017. Rosa Maria Miguel Fontes. Disponível em: [http://blogs.uai.com.br/contamahistoria/farmacia-literaria/.](http://blogs.uai.com.br/contamahistoria/farmacia-literaria/))

Considerando os vocábulos em destaque; assinale a alternativa cuja sugestão de substituição comprometeria o sentido original atribuído no texto.

- A) “[...] costumam ter maior empatia, [...]” (5º§) / compreensão
- B) “A iniciativa britânica foi implementada [...]” (5º§) / efetivada
- C) “[...] sair de lá com a prescrição de uma terapia [...]” (1º§) / promulgação
- D) “[...] leitores ávidos são mais sociáveis e abertos para conversar.” (5º§) / ardorosos

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República)

Fonte: AGENTE ADMINISTRATIVO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q13.

Que pronomes de tratamento é usado para comunicações oficiais dirigidas a Cardeais?

- A) Vossa Reverência.
- B) Vossa Senhoria Reverendíssima.
- C) Vossa Eminência Reverendíssima.
- D) Vossa Excelência Reverendíssima.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Ambiente Microsoft Office / Textos

Fonte: CONTADOR / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q14.

No Microsoft Office 2013, o botão Mostrar Tudo é uma opção que permite ativar ou desativar um modo de exibição. Ele aparece na guia Página Inicial, no grupo Parágrafo, escolha Mostrar/Ocultar.



Enumere adequadamente a segunda coluna de acordo com a primeira.

1	→
2	...
3	¶
4	↵
5	abc

	Hífens opcionais
	Texto oculto
	Caracteres de tabulação
	Espaços
	Marcas de parágrafo

A sequência está correta em

- A) 1, 5, 4, 2, 3.
- B) 4, 5, 1, 2, 3.
- C) 4, 2, 1, 5, 3.
- D) 1, 4, 2, 5, 3.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Ambiente Microsoft Office / Planilhas

Fonte: AGENTE ADMINISTRATIVO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q15.

A imagem, a seguir, de uma planilha no Excel 2013 contextualiza as questões a seguir:

REGIÃO	EXTENSÃO TERRITORIAL (Km ²)	POPULAÇÃO (HABITANTES)
CENTRO-OESTE	1.606.371	14.058.094
NORDESTE	1.554.257	53.081.950
NORTE	3.853.327	15.864.454
SUDESTE	924.511	80.364.410
SUL	576.409	27.386.891

IBGE: Sinopse do Censo Demográfico 2010 e Brasil em números, 2011.

Qual alternativa NÃO possui uma fórmula válida para o cálculo da área total do Brasil em Km²?

- A) =SOMA(B2:B6)
- B) =B2+B3+B4+B5+B6
- C) =SOMA(TERRITORIO)
- D) =SOMA(B2,B3,B4,B5,B6)

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Ambiente Microsoft Office / Apresentações

Fonte: AGENTE ADMINISTRATIVO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q16.

Tão importante quanto o ato de criar ou editar uma apresentação de slides é o ato de gerenciar a execução da apresentação, isto é, exibi-la ao público-alvo. Assinale a alternativa que NÃO relaciona corretamente o comando de gerenciamento de apresentações à sua função no PowerPoint 2013.

- A) CTRL + M: mostrar ou ocultar marcação à tinta.
- B) Número do Slide + Enter: ir para um slide específico.
- C) CTRL + C: alternar o ponteiro do mouse para caneta.
- D) CTRL + B: alternar o ponteiro do mouse para borracha.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q17.

No Sistema Operacional Windows 10, é possível acessar um aplicativo a partir da janela do programa Executar, digitando no campo "Abrir" o nome do arquivo executável do aplicativo que se quer utilizar. A desvantagem desse procedimento é que nem sempre o nome do arquivo executável do aplicativo é igual ao próprio nome no aplicativo. Por exemplo, no Pacote Office 2013, existe o aplicativo conhecido como "PowerPoint", porém, o nome de seu arquivo executável é "powerpnt". Qual das alternativas a seguir corresponde corretamente um aplicativo ao respectivo nome de seu arquivo executável?

- A) Paint: paintbrush.
- B) Internet Explorer: iexplor.
- C) Microsoft Office Excel: winexcel.
- D) Microsoft Office Word: winword.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q18.

Nos sistemas Linux, existe um comando que é utilizado para mostrar o espaço ocupado por arquivos e subdiretórios do diretório atual. Trata-se do comando:

- A) df.
- B) du.
- C) free.
- D) grep.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q19.

Tipicamente, a comunicação através do correio eletrônico, ou e-mail, envolve: (aponte a alternativa que possui apenas componentes básicos da comunicação por e-mail).

- A) Um cliente para solicitar o envio de uma mensagem e um servidor para realizar o envio.
- B) Um cliente para solicitar o envio de uma mensagem e um servidor para receber a mensagem e mantê-la armazenada.
- C) Um cliente para solicitar o envio de uma mensagem (ou seja, o remetente) e um cliente para solicitar as mensagens recebidas (ou seja, o destinatário).
- D) Um cliente para solicitar o envio de uma mensagem (ou seja, o remetente)
- E) ; um servidor para realizar o envio; um servidor para receber a mensagem e mantê-la armazenada; e, por fim, um cliente para solicitar as mensagens recebidas (ou seja, o destinatário).

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q20.

Um Analista estava utilizando o navegador Mozilla Firefox em português (versão 60.0.1, 64 bits), em condições ideais, e digitou a sequência de teclas Ctrl+Shift+P para

- A) fechar a página na qual estava navegando.
- B) abrir uma nova janela privada e navegar de modo privado.
- C) abrir o histórico de navegação.
- D) localizar algo de seu interesse na página na qual estava navegando.
- E) acessar o gerenciador de extensões.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Conceitos e modos de utilização de ferramentas / Correio eletrônico

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q21.

No Microsoft Outlook 2013, em português, após clicar na opção Novo Email da guia Página Inicial, uma janela se abre para a digitação da nova mensagem de e-mail. Nessa janela há opções que possibilitam criar uma assinatura personalizada que será mostrada em toda nova mensagem. Essa assinatura pode ser criada a partir de um clique em

- A) Mensagem > Assinatura > Assinaturas > Assinatura de Email > Novo
- B) Identificação > Assinaturas > Criar assinatura
- C) Opções > Identificação > Assinaturas > Nova assinatura
- D) Inserir > Assinatura > Identificação > Nova assinatura
- E) Personalizar > Identificação > Assinatura > Nova assinatura

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Conceitos e modos de utilização de ferramentas / Grupos de discussão

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 14ª / 2011 / FCC

Q22.

O sítio do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região disponibiliza, entre outros, o link para o twitter TRT. Twitter é:

- A) um site em que é possível enviar recados, arquivos, links e itens de calendário criados diretamente no programa.
- B) um mensageiro instantâneo que permite a troca de mensagens entre usuários previamente cadastrados.
- C) um site cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos de artigos, posts e diários on-line.
- D) um cliente de e-mails e notícias que permite a troca de opiniões sobre o assunto em pauta entre usuários previamente cadastrados.
- E) uma rede social na qual os usuários fazem atualizações de textos curtos, que podem ser vistos publicamente ou apenas por um grupo restrito escolhido pelo usuário.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Conceitos e modos de utilização de ferramentas / Busca e pesquisa

Fonte: AUXILIAR ADMINISTRATIVO / COPERGÁS / 2016 / FCC

Q23.

Um usuário do Google Chrome em português deseja ativar o recurso para ajudar a completar pesquisas e URLs digitados na barra de endereços do navegador. Para isso ele deve acessar o botão "Personalizar e Controlar o Google Chrome", clicar na opção "Configurações", na opção "Mostrar configurações avançadas..." e clicar no quadrado que habilita este recurso que se encontra em

- A) "Conteúdo da web".
- B) "Extensões".
- C) "Pesquisar".
- D) "Rede".
- E) "Privacidade".

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Informática / Conceitos de tecnologia de informação / Conceitos básicos de Segurança da Informação

Fonte: TÉCNICO DE INFORMÁTICA / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q24.

Uma arquitetura de um firewall deve ser definida em acordo com as necessidades da organização, com várias funcionalidades aliadas a diversas tecnologias, que ampliam a sua eficiência. Uma dessas arquiteturas possui a seguinte descrição: “essa arquitetura é formada por um filtro de pacotes e um bastion host. O filtro deve ter regras que permitam o tráfego para a rede interna somente por meio de bastion host, de modo que os usuários externos que queiram acessar um sistema da rede interna devem, primeiramente, se conectar ao bastion host”. Assinale a alternativa, que apresenta essa arquitetura.

- A) Firewall cooperativo.
- B) Screened host architecture.
- C) Screened subnet architecture.
- D) Dual-homed host architecture.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico / Princípio da Regressão ou Reversão

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de Natividade/RJ / 2017 / IDECAN

Q25.

Uma joia de ouro maciço cuja densidade é igual a 19 g/cm^3 foi colocada dentro de um recipiente completamente cheio de água, de tal forma que o volume de água deslocado foi totalmente transbordado correspondendo a 3 cm^3 .

Qual o valor dessa joia se cada grama da mesma corresponde a R\$ 70,00?

- A) R\$ 1.580,00.
- B) R\$ 2.450,00.
- C) R\$ 3.990,00.
- D) R\$ 4.270,00.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico / Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa

Fonte: CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q26.

Utilizando o operador lógico “e”, a tabela-verdade a seguir terá sua equivalência completada na ordem:

A	B	C	A e B e C
V	V	F	
F	V	F	
V	F	V	
V	V	V	
F	V	V	

- A) V, V, V, V, V.
- B) F, F, F, F, F.
- C) V, V, V, F, V.
- D) F, F, F, V, F.

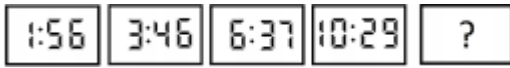
Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico / Lógica matemática qualitativa, sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras

Fonte: ADMINISTRADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q27.

Observe a sequência de relógios a seguir:



A hora que substitui o sinal de interrogação no quinto relógio é:

- A) 14:19.
- B) 14:23.
- C) 15:18.
- D) 15:22.
- E) 16:11.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico / Geometria básica

Fonte: AGENTE ADMINISTRATIVO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q28.

Um laboratório estuda de maneira mais detalhada e completa as propriedades físicas do biodiesel etílico. Os dados encontrados mostram um decréscimo da densidade (kg/m^3) com o aumento da temperatura ($^{\circ}$ C). Os valores de 835 kg/m^3 e 855 kg/m^3 foram coletados quando os termômetros marcaram 91°C e 61°C admitindo que a variação de temperatura seja linear entre 61°C e 91°C . A temperatura encontrada para a densidade de 846 kg/m^3 será, aproximadamente, de

- A) $60,4^{\circ}\text{C}$.
- B) $74,5^{\circ}\text{C}$.
- C) $77,5^{\circ}\text{C}$.
- D) $92,2^{\circ}\text{C}$.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico / Álgebra básica e sistemas lineares

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ARQUIVOLOGIA / TRT 1ª / 2011 / FCC

Q29.

Em uma campanha de doação de livros, x pessoas receberam 4 livros, e y pessoas receberam 3 livros, sendo x e y números inteiros e positivos. Se foram distribuídos 100 livros, então, as possibilidades diferentes para $x + y$ são em número de

- A) 6.
- B) 7.
- C) 8.
- D) 9.
- E) 10.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico / Numeração

Fonte: CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q30.

O valor da expressão $(-3)^2 - (1/3)^2 : 3 - 2 - 3^{\circ} : 5^{\circ}$ é

- A) 5.

- B) 6.
- C) 7.
- D) 8.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico / Razões especiais

Fonte: CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q31.

Fila de espera para cirurgias eletivas pelo SUS chega a 900 mil pessoas

Tem paciente aguardando por uma cirurgia há dez anos. A maioria precisa ser operada de catarata, hérnia, vesícula e varizes.

(Edição do dia 04/12/2017 04/12/2017 13h43 – Atualizado em 04/12/2017 14h36 Phelipe Siani São Paulo.)

Quase um milhão de brasileiros precisa fazer uma cirurgia e não conseguem. Os números são do Conselho Federal de Medicina, que conseguiu os dados de estado em estado por meio da Lei de Acesso à Informação. Tem quem esteja esperando por uma cirurgia há dez anos.

(Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/12/fila-de-espera-para-cirurgias-eletivas-pelo-sus-chega-900-mil-pessoas.html>.)

A porcentagem de cirurgias previstas pelo SUS, em um determinado hospital do Brasil, para um determinado mês, foi de 64% e de 71,03% no mês seguinte. A variação percentual da porcentagem de cirurgia, do primeiro ao segundo mês foi, aproximadamente, de

- A) 7%.
- B) 7,03%.
- C) 10,98%.
- D) 12%.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico / Análise combinatória e probabilidade

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de Natividade/RJ / 2017 / IDECAN

Q32.

Numa caixa encontram-se 90 bolas, algumas vermelhas e as demais amarelas. Se a razão entre o número de bolas vermelhas e amarelas é igual a $\frac{1}{4}$, então ao se retirar, ao acaso, uma bola dessa caixa, a probabilidade de que a mesma seja amarela é igual a:

- A) 60%.
- B) 70%.
- C) 75%.
- D) 80%.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico / Progressões Aritmética e Geométrica

Fonte: CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q33.

Seguindo um determinado padrão, os termos da sequência (2, 6, 14, 30, 62, 126, 254, 510, 1.022, ...) foram obtidos. O 12º termo desta sequência é

- A) 2.048.
- B) 4.094.
- C) 4.096.
- D) 8.190.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Raciocínio Lógico / Conjuntos

Fonte: AGENTE ADMINISTRATIVO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q34.

Uma pesquisa interna feita em uma clínica terapêutica mostra que 80% dos pacientes são mulheres e apenas 20% são homens. A pesquisa também constatou que 60% das pacientes mulheres são dependentes de drogas. Do total de pacientes da clínica terapêutica, 60% são dependentes de drogas. O percentual do total de pacientes do sexo masculino que são dependentes de drogas é

- A) 12%.
- B) 18%.
- C) 48%.
- D) 52%.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Conhecimentos Gerais / Segurança

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / SEPLAG - Polícia Militar/MG / 2012 / FCC

Q35.

Na violência cometida contra as mulheres, o mais frequente é aquela que acontece no interior dos próprios lares e, diante disso, uma das causas mais presentes é o:

- A) desamparo da família de baixa renda.
- B) afastamento dos valores religiosos.
- C) analfabetismo.
- D) alcoolismo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Conhecimentos Gerais / Política

Fonte: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR - ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS / ELETROSUL / 2016 / FCC

Q36.

Foi homologado, na última quinta-feira [05/05], o acordo de leniência da Andrade Gutierrez. A negociação foi iniciada em outubro de 2015.

(Adaptado de: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/05/andrade-gutierrez-fecha-acordo-de-leniencia-5796352.html>)

O acordo de leniência é aquele em que

- A) uma empresa solicita que o delito praticado em um determinado estado seja julgado pela Procuradoria Geral da República e em troca da federalização do julgamento a ré pode contribuir na solução do caso.
- B) uma pessoa ou um grupo de pessoas sob investigação de crime político solicita a redução da pena a partir do pagamento de uma determinada quantia, em geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) um cartel de empresas de um mesmo ramo de atividades solicita o repatriamento de recursos que foram enviados para paraísos fiscais com o objetivo de reduzir as penalidades advindas da fuga de capitais.

- D) uma empresa envolvida em algum tipo de ilegalidade de ordem econômica denuncia o esquema e se compromete na investigação obtendo, em contrapartida, benefícios, como redução de pena e isenção do pagamento de multa.
- E) um acusado ou grupo de acusados que teve negado o benefício da delação premiada apela à Advocacia Geral da República – AGU para extinguir ou reduzir a penalidade invocando a defesa dos direitos humanos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Conhecimentos Gerais / Economia

Fonte: TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO / ELETROSUL / 2016 / FCC

Q37.

As agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch tornaram-se mais conhecidas dos brasileiros a partir do ano de 2015 e ainda são notícia neste ano de 2016 porque

- A) indicam a venda do pré-sal como medida de saneamento econômico da Petrobras e mantêm a recomendação para que os juros continuem elevados.
- B) defendem amplas reformas políticas, sobretudo no poder executivo e recomendam novas medidas econômicas, dentre as quais a reinstalação da CPMF.
- C) sustentam a perspectiva de deterioração da economia brasileira e continuam mantendo o rebaixamento do grau de investimento do país.
- D) são porta-vozes do governo estadunidense que pretende a adesão do Brasil ao bloco Transpacífico e aconselham o governo a ampliar as reservas cambiais.
- E) contestam legalmente o afastamento da Presidente e defendem a redução da carga tributária que onera os produtos destinados à exportação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Conhecimentos Gerais / Sociedade

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de Natividade/RJ / 2017 / IDECAN

Q38.

“Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. [...]”

(Milton Santos. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005.)

São problemas causados pelo rápido processo de urbanização das cidades brasileiras, EXCETO:

- A) Violência.
- B) Desemprego.
- C) Poluição atmosférica.
- D) Infraestrutura urbana.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Conhecimentos Gerais / Saúde

Fonte: TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO / ELETROSUL / 2016 / FCC

Q39.

Considere as duas notícias sobre uma descoberta que pode provocar grande impacto no mundo.

I. “O mundo está prestes a ter uma vacina contra a epidemia”, disse o diretor da Organização Mundial da Saúde durante coletiva em julho de 2015. Uma das vacinas que estavam sendo testadas contra o vírus na África apresentou resultados 100% eficazes.

(Adaptado de: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2015-07-31/oms-anuncia-vacina-100-eficaz.html>)

II. Em outubro de 2015, uma empresa chinesa de biotecnologia anunciou que vai produzir em grande escala uma vacina contra o vírus. A vacina foi desenvolvida por pesquisadores da Academia Chinesa de Ciências Médicas Militares e poderá adaptar-se ao clima tropical da África Ocidental, onde uma epidemia causou a morte de 11 mil pessoas desde o ano passado.

(Adaptado de: <http://www.abc.com.br/noticias/internacional/2015/10/china-vai-produzir-vacina-em-grande-escala>)

A vacina recém descoberta deverá combater o vírus

- A) da hepatite B.
- B) da aids.
- C) da dengue.
- D) da febre amarela.
- E) do ebola.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Conhecimentos Gerais / Cultura

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de Natividade/RJ / 2017 / IDECAN

Q40.

Oscar Niemeyer foi um arquiteto brasileiro, considerado uma das figuras-chave no desenvolvimento da arquitetura moderna. São obras do arquiteto Oscar Niemeyer, EXCETO:

- A) Catedral de Brasília.
- B) Sambódromo, no Rio de Janeiro.
- C) Masp (Museu de Arte de São Paulo).
- D) Museu de Arte Contemporânea, em Niterói.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Conhecimentos Gerais / Tecnologia

Fonte: TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO / ELETROSUL / 2016 / FCC

Q41.

Considere as duas notícias publicadas no início de 2016.

I. afirmou nesta quarta-feira, 6 de janeiro, ter realizado com sucesso seu primeiro teste com uma bomba de hidrogênio

– uma forma mais poderosa de bomba nuclear. Esse é o quarto teste nuclear realizado pelo país.

(Adaptado de: <http://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/cronologia-o-programa-nuclear>)

II. anunciou neste domingo (7 de fevereiro) ter colocado em órbita um satélite por meio de um foguete cujo lançamento foi condenado pela comunidade internacional, que acredita ter se tratado de um teste de míssil balístico intercontinental.

Esta é a mais recente medida de um plano de mísseis e armas nucleares iniciado há 40 anos e que colocou o governante do país sob holofotes.

(Adaptado de: <http://glo.bo/1UVk8Ox>)

Sobre as notícias, é correto afirmar que

- A) I e II se referem à Coreia do Norte.
- B) I e II se referem ao Paquistão.
- C) I se refere à Coreia do Norte e II à Índia.
- D) I se refere à Índia e II à Indonésia.
- E) I se refere à Mianmar e II à Coreia do Norte.

Conhecimentos Gerais / Energia

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO JÚNIOR / METRÔ/SP / 2014 / FCC

Q42.

Em apenas quatro anos, a exploração do produto nos Estados Unidos iniciou uma revolução energética capaz de alterar o cenário econômico do país. A atração de investimentos produtivos, antes vista como impossível, tornou-se inevitável, assim como a autossuficiência em fontes de energia. Com ou sem cota – tema polêmico e ainda não definido –, os EUA estarão em poucos anos exportando o produto em volume suficiente para mudar o panorama mundial. A reserva americana é estimada em 2,7 trilhões de metros cúbicos, nos cálculos da Administração de Informação sobre Energia (EIA) de dezembro de 2010. É suficiente para abastecer o mercado por mais de 100 anos.

(Adaptado de: <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/bioagroenergia/2013/08/13/energia>)

O texto faz referência ao novo gás natural obtido a partir

- A) da turfa.
- B) do urânio enriquecido.
- C) do xisto betuminoso.
- D) da hulha.
- E) do antracito.

Conhecimentos Gerais / Relações internacionais

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de Natividade/RJ / 2017 / IDECAN

Q43.

O mundo ficou estupefocado com a explosão de bombas atômicas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão, matando mais de 100 mil pessoas e colocando em alerta o planeta para a potência destruidora desses armamentos que foram desenvolvidos em vários países. Com o intuito de combater a utilização dessas armas, entrou em vigor em 1970 o Tratado de Não Proliferação Nuclear – TNP. Sobre o tema tratado, analise as afirmativas a seguir.

I. Algumas nações, como África do Sul, Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Irã não aderiram ao TNP e desenvolveram armamento nuclear nas últimas três décadas, tornando-se uma ameaça à paz mundial, já que vivem conflitos constantes em suas regiões e ameaçam fazer seu uso, caso vejam seus interesses contrariados.

II. Os países liberados para manter seus arsenais pelo TNP foram os vencedores da II Guerra Mundial e são os membros permanentes no Conselho de Segurança (CS), da Organização das Nações Unidas (ONU), criado logo após a Grande Guerra, sendo os únicos que dispõem de poder de veto sobre quaisquer decisões.

III. Pelo TNP, os países que explodiram bomba atômica antes de 1º de janeiro de 1967, que foram Estados Unidos, União Soviética (sucederida pela Rússia), China, Reino Unido e França, ficaram liberados em manter o arsenal e desenvolver pesquisas na área, mas impedidos de repassarem tecnologia bélica a outras nações.

IV. Os países signatários do TNP, que não possuíam armamento nuclear antes do Tratado, são privados de desenvolver pesquisas ou atividades envolvendo o enriquecimento de urânio, mesmo que tenham fins pacíficos, já que não há como fiscalizar de forma efetiva essas atividades em mais de 180 nações envolvidas.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Conhecimentos Gerais / Desenvolvimento sustentável e ecologia

Q44.

“A _____ é um recurso natural renovável, que produz energia por meio da matéria orgânica. Atualmente, é utilizada na obtenção de energia de processos como a combustão do material orgânico e a produção de combustíveis.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) biomassa
- B) chuva ácida
- C) biodiversidade
- D) energia nuclear

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Emendas Constitucionais e Emendas Constitucionais de Revisão / Princípios fundamentais

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de Natividade/RJ / 2017 / IDECAN

Q45.

A Constituição da República Federativa do Brasil poderá ser emendada mediante proposta:

- A) Do Presidente da República.
- B) Do Procurador-Geral da República.
- C) De metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- D) De um terço, no mínimo das Assembleias Legislativas da Unidade da Federação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Os poderes do Estado e as respectivas funções / Poder Executivo

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 15ª / 2018 / FCC

Q46.

Sobre a responsabilidade do Presidente da República, levando-se em conta que em regimes democráticos não existem governantes irresponsáveis, e considerando o que estabelece sobre o tema a Constituição Federal,

- A) são considerados crimes de responsabilidade aqueles que, contrariando leis complementares, atentarem contra o patrimônio público e social.
- B) admitida a acusação de infração penal comum contra o Presidente da República por três quintos da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- C) nos casos de crime de responsabilidade, admitida a acusação contra o Presidente da República, compete o julgamento ao Supremo Tribunal Federal.
- D) na vigência de seu mandato, poderá o Presidente da República ser responsabilizado por atos não correlatos ao exercício de suas funções, desde que autorizada a acusação pelo Congresso Nacional.
- E) admitida a acusação contra o Presidente da República por infrações penais comuns ou por crime de responsabilidade, ficará ele suspenso de suas funções pelo prazo de até cento e oitenta dias.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Os poderes do Estado e as respectivas funções / Poder Legislativo

Fonte: CONTADOR / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q47.

O endividamento público brasileiro é um grave problema que trava o crescimento e desenvolvimento do país, pois, a desordem fiscal tem aumentado a dívida pública a patamares inéditos e com encargos que consomem grande parte dos recursos públicos. Apesar da Lei de Responsabilidade ter criado ferramentas para um melhor gasto público, o Estado tem dificuldades de caixa constante e busca no mercado interno e externo recursos para custear suas atividades. Como forma de controle do endividamento público, a Constituição Federal impõe critérios de controle para que o presidente da república possa realizar operações de crédito e impor limites para o montante da dívida. Esse controle está a cargo do(A):

- A) Senado Federal.
- B) Câmara dos Deputados.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Tribunal de Contas da União.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Os poderes do Estado e as respectivas funções / Poder Judiciário

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 15ª / 2018 / FCC

Q48.

Acerca do Poder Judiciário, considere:

- I. O Superior Tribunal de Justiça tem competência para rever decisões da Justiça do Trabalho, notadamente as que tenham por objeto dissídios coletivos, por meio de recurso extraordinário.
- II. Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão ao interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.
- III. Serão processadas e julgadas perante a justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte o Instituto Nacional de Seguridade Social e o segurado, quando a comarca não for sede de juízo federal.

Está correto o que consta de

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, apenas.
- E) III, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Normas constitucionais / A aplicabilidade das normas constitucionais: normas de eficácia plena, contida e limitada; normas programáticas

Fonte: TÉCNICO DA RECEITA ESTADUAL - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / SEFAZ - SEGE/MA / 2016 / FCC

Q49.

Na célebre e acatada classificação das normas constitucionais segundo sua aplicabilidade elaborada por José Afonso da Silva, a categoria das normas constitucionais de eficácia limitada compreende as normas definidoras de princípio programático e as normas definidoras de princípio institutivo. Pode ser apontado, como exemplo desse último tipo de norma de eficácia limitada, o seguinte dispositivo constitucional:

- A) Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- B) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- C) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- D) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.
- E) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Princípios fundamentais da CF/88

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 15ª / 2018 / FCC

Q50.

À luz da separação dos Poderes, consagrada como princípio fundamental da Constituição Federal,

- A) são funções típicas do Poder Legislativo legislar, fiscalizar e julgar o Presidente da República por crimes de responsabilidade.
- B) ao Tribunal de Contas da União, como órgão do Poder Judiciário, compete a fiscalização externa da atuação do Poder Executivo.
- C) as Comissões Parlamentares de Inquérito são instauradas no âmbito das Casas do Congresso Nacional, cabendo o controle judicial de seus atos ao Supremo Tribunal Federal.
- D) ao Conselho Nacional de Justiça, como órgão do Poder Judiciário no exercício da função jurisdicional, compete a fiscalização externa do Poder Judiciário.
- E) são funções típicas do Poder Executivo a administração da coisa pública, tributação e elaboração de normas jurídicas por meio de medidas provisórias.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos e deveres individuais e coletivos

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO / Câmara de Natividade/RJ / 2017 / IDECAN

Q51.

Sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- B) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- C) A sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".
- D) A lei considerará crimes inafiançáveis e imprescritíveis a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Direitos Sociais

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q52.

Segundo expressamente previsto na Constituição Federal, constitui direito social da pessoa com deficiência:

- A) ter garantida cadeira de rodas ou outro veículo motorizado ou não para circulação em espaços públicos.
- B) proibição de discriminação na participação comunitária.
- C) ter garantida meia entrada em espaços culturais de acesso pago.
- D) proibição de qualquer discriminação no tocante a salário.
- E) proibição de identificação ostensiva de sua deficiência em espaços de concentração de pessoas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Nacionalidade

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 15ª / 2018 / FCC

Q53.

O vínculo jurídico político que liga um indivíduo a um certo e determinado Estado, fazendo deste indivíduo um componente do povo e capacitando-o a exigir sua proteção e sujeitando-o ao cumprimento de deveres impostos é denominado

- A) soberania.

- B) nacionalidade.
- C) dignidade humana.
- D) legitimidade ativa.
- E) elegibilidade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Cidadania e Direitos Políticos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q54.

Servidor público com 31 anos de idade, nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, pretende candidatar-se ao cargo de Governador do Estado. Considerando que o servidor contará com três anos e sete meses de efetivo exercício por ocasião do pleito eleitoral,

- A) não poderá candidatar-se, salvo se exonerar-se do cargo público, visto que ainda não terá completado o tempo necessário para a aquisição da estabilidade no cargo.
- B) poderá candidatar-se, mas ficará afastado de seu cargo efetivo enquanto durar o mandato eletivo, contando-se o seu tempo de serviço nesse período para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- C) poderá candidatar-se, sendo-lhe facultado exercer o cargo efetivo e o mandato eletivo concomitantemente, desde que haja compatibilidade de horários, situação em que perceberá as vantagens de ambos os cargos.
- D) poderá candidatar-se, mas ficará afastado de seu cargo efetivo enquanto durar o mandato eletivo, devendo perder seu cargo público efetivo, no entanto, caso fique afastado por mais de dez anos para o exercício de mandato eletivo.
- E) não poderá candidatar-se, por não ter preenchido o requisito de elegibilidade quanto à idade mínima, que, para esse cargo eletivo, é de 35 anos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e garantias fundamentais / Partidos Políticos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q55.

A Constituição Federal assegura aos Partidos Políticos

- A) recursos do fundo partidário limitado a cinco vezes a participação do partido político no Congresso Nacional, bem como o acesso oneroso ao rádio e à televisão.
- B) autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- C) autonomia para criação de partidos políticos, sendo que após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Supremo Tribunal Federal.
- D) autonomia para criação de partidos políticos, sendo que após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Congresso Nacional.
- E) a livre criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana, observados preceitos constitucionais, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / A organização político-administrativa do Estado / Das competências da União

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 15ª / 2018 / FCC

Q56.

Considerando a disciplina constitucional acerca da competência legislativa concorrente da União, Estados e Distrito Federal,

- A) está prevista nessa espécie de competência a da União e dos Estados para matéria pertinente ao comércio exterior e interestadual.
- B) no âmbito dessa competência, cabe à União estabelecer normas gerais, sendo que, na ausência de lei federal, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

- C) está excluída dessa espécie de competência a autorização para legislar sobre criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas, por se tratar de matéria de competência privativa da União.
- D) a União somente pode legislar sobre direito financeiro enquanto o Estado não o fizer.
- E) lei complementar federal poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas nas matérias sujeitas a essa espécie de competência.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / A organização político-administrativa do Estado / Das competências dos Estados e do Distrito Federal

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q57.

Aos Estados, no exercício das competências que lhes são outorgadas pela Constituição Federal, cabe legislar,

- A) privativamente, em matéria de responsabilidade por dano ao consumidor, uma vez que não cabe à União e aos Municípios dispor sobre o assunto.
- B) concorrentemente com a União em matéria de proteção e defesa da saúde, desde que a União não tenha exercido a competência plena nesse assunto.
- C) em matéria de direito do trabalho, desde que a União não tenha exercido sua competência nesse assunto.
- D) concorrentemente com a União, sobre procedimentos em matéria processual, devendo a União, no entanto, limitar-se a estabelecer normas gerais nesse assunto.
- E) privativamente, sobre trânsito e transporte, uma vez que lhes cabe exercer as competências que não lhes sejam vedadas pelo texto constitucional.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / A organização político-administrativa do Estado / Das competências dos Municípios

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ANALISTA ADMINISTRATIVO / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q58.

Dentre as competências atribuídas pela Constituição Federal aos Municípios, inclui-se

- A) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora municipal.
- B) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem a obrigatoriedade de prestar contas a outros entes da Federação.
- C) criar, organizar e suprimir distritos, por sua própria legislação.
- D) organizar e prestar, diretamente, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- E) legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / A Administração Pública na CF/88

Fonte: AGENTE ADMINISTRATIVO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q59.

A respeito da perda do cargo de um servidor público estável (Art. 41 da Constituição Federal), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor será preferencialmente exonerado.
- () O servidor poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial mesmo não transitada em julgado.
- () O eventual ocupante da vaga de um servidor reintegrado ao serviço público por sentença judicial, se estável, em nenhuma hipótese poderá ser aproveitado em outro cargo, somente podendo ser reconduzido ao cargo de origem.

A sequência está correta em

- A) V, F, V.
- B) F, V, V.
- C) F, F, F.
- D) V, V, F.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / As funções essenciais à Justiça

Fonte: CONTADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q60.

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem como órgão central a Controladoria Geral da União (CGU) e é composto pelas atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e de avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização com as finalidades estabelecidas pela Constituição Federal, EXCETO:

- A) Zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional.
- B) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- C) Exercer o controle sobre as operações de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres da União.
- D) Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- E) Comprovar a legalidade e avaliar o resultado, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Ato administrativo / Conceito, requisitos e atributos

Fonte: AGENTE ADMINISTRATIVO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q61.

Decretos são atos administrativos da competência exclusiva do Chefe do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas, de modo expresso ou implícito, na lei. Esta é a definição clássica, a qual, no entanto, é inaplicável aos decretos:

- A) Singulares.
- B) Autônomos.
- C) Ordenativos.
- D) Regulamentares.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Ato administrativo / Classificação, espécies

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q62.

Rodrigo é servidor público federal e chefe de determinada repartição pública. Rodrigo indeferiu as férias pleiteadas por um de seus subordinados, o servidor José, alegando escassez de pessoal na repartição. No entanto, José comprovou, que há excesso

de servidores na repartição pública. No caso narrado,

- A) há vício de motivo no ato administrativo.
- B) o ato deve, obrigatoriamente, permanecer no mundo jurídico, vez que sequer exigia fundamentação.
- C) inexistente vício no ato administrativo, no entanto, o ato comporta revogação.
- D) o ato praticado por Rodrigo encontra-se viciado, no entanto, não admite anulação, haja vista a discricionariedade administrativa na hipótese.
- E) o objeto do ato administrativo encontra-se viciado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Ato administrativo / Invalidação, anulação e revogação

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 15ª / 2018 / FCC

Q63.

Uma autarquia responsável pela execução de serviços rodoviários concedeu uma gratificação para determinado segmento de servidores. Um pequeno grupo de servidores de outro setor da autarquia requereu administrativamente a concessão da mesma gratificação. O servidor que apreciou o pleito estava substituindo a autoridade competente e entendeu por dar provimento ao requerimento. Findas as férias da autoridade competente, esta retornou às suas funções e identificou a decisão de seu substituto. Constatado que contrariava a legislação vigente,

- A) a autoridade competente deverá anular a decisão proferida, tendo em vista o vício de legalidade verificado, como expressão do poder de revisão dos atos administrativos.
- B) a autoridade competente deverá identificar se será melhor para os usuários do serviço que a decisão seja anulada, podendo, em caso negativo, convalidar o ato administrativo.
- C) o ato administrativo proferido será necessariamente submetido à análise revisional da autoridade competente, porque provisório, assim como todos os demais de conteúdo decisório proferidos pelo substituto, para anulação ou convalidação.
- D) caberá a revogação da decisão proferida, tendo em vista que os atos administrativos de cunho constitutivo somente podem ser proferidos pela autoridade titular do cargo competente.
- E) a revisão do ato administrativo deverá ser requerida por meio judicial, tendo em vista que a autoridade que o proferiu era competente na ocasião.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Controle da administração pública / Controle administrativo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q64.

Considere duas situações hipotéticas:

- I. o Congresso Nacional decide apurar a legalidade de ato administrativo praticado pelo presidente de autarquia federal;
- II. o Congresso Nacional anulou ato normativo do Poder Executivo que exorbitou do poder regulamentar.

No que concerne ao controle legislativo, especificamente ao controle político exercido pelo Poder Legislativo sobre a Administração pública,

- A) ambas as hipóteses estão corretas.
- B) ambas as hipóteses estão incorretas, pois extrapolam os limites do controle legislativo exercido sobre os atos da Administração pública.
- C) está correta apenas a primeira hipótese; no item II, cabe ao Congresso tão somente sustar atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- D) está correta apenas a segunda hipótese; no item I, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer das Casas, os atos do Poder Executivo, não abrangendo, no entanto, a administração indireta.
- E) ambas as hipóteses estão incorretas, pois foram citadas atribuições exclusivas do Senado Federal no exercício do controle legislativo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA / FUNAPE / 2017 / FCC

Q65.

Considere os seguintes atos administrativos:

- I. Admissão de servidor público ocupante de cargo público efetivo junto à Administração direta.
- II. Admissão de empregado público junto a fundação instituída e mantida pelo Poder Público.
- III. Concessão de aposentadoria a servidor público titular de cargo público efetivo junto à Administração autárquica.

De acordo com as disposições da Constituição Federal, compete ao Tribunal de Contas da União apreciar a legalidade

- A) de todos os atos, podendo assinar prazo para que o órgão ou entidade administrativa adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- B) apenas do ato I, podendo aplicar aos responsáveis, se houver ilegalidade de despesa, as sanções previstas em lei.
- C) apenas dos atos I e II, podendo sustá-los, hipótese em que deverá comunicar sua decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- D) apenas dos atos I e III, mas não poderá sustá-los, nem aplicar penas aos responsáveis se houver ilegalidade de despesa.
- E) apenas dos atos II e III, podendo assinar prazo para que o órgão ou entidade administrativa adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q66.

Concernentes ao controle judicial, considere:

- I. Alguns atos da Administração pública não podem ser examinados pelo Poder Judiciário, como, por exemplo, os gerais e os unilaterais.
- II. Haverá invasão do mérito do ato administrativo, quando o Poder Judiciário apreciar os motivos de tal ato, isto é, os fatos que precederam a elaboração do ato.
- III. Os Regimentos dos órgãos públicos, em regra, não são apreciados pelo Poder Judiciário, exceto se ferirem direitos individuais e coletivos.

Está correto o que consta em

- A) II, apenas.
- B) I, II e III.
- C) I, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Q67.

Entre as semelhanças e distinções possíveis de serem indicadas para os ocupantes de cargos e empregos públicos, está a

- A) possibilidade de submissão a regime público de aposentadoria, independente da natureza jurídica do ente ao qual estão vinculados, desde que previsto na lei de criação do ente.
- B) obrigatoriedade, para ambos, de se submeterem a estatuto disciplinar contendo direitos e deveres, estes que, se violados, dão lugar a processo disciplinar para aplicação de penalidades, exigindo-se participação de advogado para imposição de pena demissão.
- C) obrigatoriedade de prévia submissão a concurso público de provas e títulos, sendo que, no caso de empregados públicos, desde que, da lei que cria o ente que integra a Administração indireta, tenha constado essa exigência.
- D) responsabilidade objetiva para os funcionários públicos, à semelhança do imposto para a Administração direta, enquanto remanesce a modalidade subjetiva para os ocupantes de emprego público e seus empregadores.
- E) possibilidade dos empregados públicos serem demitidos por decisão motivada, não sendo necessário processo disciplinar, tal qual exigido para os funcionários públicos efetivos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Agentes administrativos / Direitos e deveres dos servidores públicos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/PR / 2017 / FCC

Q68.

O ingresso no serviço público está sujeito ao cumprimento dos termos e condições previstos na legislação, dentre os quais,

- A) a obrigatoriedade de submissão a concurso público de provas e títulos para provimento de cargos e empregos públicos, admitindo-se a inclusão de outros requisitos de habilitação se houver previsão legal e pertinência com as atribuições a serem executadas pelo servidor.
- B) a realização de provas físicas, psicológicas e psicotécnicas após a aprovação em concurso público de provas e títulos, para aferição da expectativa de longevidade dos candidatos.
- C) o concurso público de provas e títulos, necessário para provimento de cargos públicos, vedada a exigência de outros requisitos de habilitação, como exames psicotécnicos ou físicos.
- D) a submissão a prévio concurso público de títulos e documentos, para cargos, empregos e funções públicas, independentemente do prazo de duração do vínculo funcional pretendido, como forma de privilegiar os princípios da igualdade e da publicidade.
- E) a possibilidade de nomeação para cargos de livre provimento, seja para vínculos funcionais temporários, seja para vínculos funcionais permanentes, passíveis de extinção apenas por meio de processo administrativo disciplinar.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes da administração / Vinculado e Discricionário

Fonte: OFICIAL DE JUSTIÇA - JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO / TJ/PE / 2012 / FCC

Q69.

No que se refere aos poderes administrativo, discricionário e vinculado, é INCORRETO afirmar:

- A) Mesmo quanto aos elementos discricionários do ato administrativo há limitações impostas pelos princípios gerais de direito e pelas regras de boa administração.
- B) A discricionariedade é sempre relativa e parcial, porque, quanto à competência, à forma e à finalidade do ato, a autoridade está subordinada ao que a lei dispõe.
- C) Poder vinculado é aquele que o Direito Positivo – a Lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização, mas lembrando a dificuldade de se encontrar um ato administrativo inteiramente vinculado.
- D) A atividade discricionária encontra plena justificativa na impossibilidade de o legislador catalogar na lei todos os atos que a prática administrativa exige.
- E) Na categoria dos atos administrativos vinculados, a liberdade de ação do administrador é ampla, visto que não há necessidade de se ater à enumeração minuciosa do Direito Positivo para realizá-la.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes da administração / Hierárquico

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2017 / FCC

Q70.

O exercício dos poderes inerentes à Administração pública, tal como o poder hierárquico, se expressa de diversas formas, a exemplo

- A) da edição de atos administrativos, independentemente da natureza, pelos superiores dos agentes públicos originalmente competentes, e em substituição a estes.
- B) da edição de atos vinculados, que traduzem a atuação da Administração pública em sua vertente da hierarquia, considerando que esta autoriza apenas as condutas, atos e negócios expressamente previstos em lei.
- C) da competência dos agentes superiores, para apreciação dos recursos interpostos contra atos de seus subordinados, como decorrência da relação de hierarquia.
- D) do poder de rever diretamente os atos praticados pelos seus subordinados nos processos disciplinares em que atuam, considerando que em sede de infrações disciplinares, a autoridade superior pode suprir os atos inferiores não praticados.
- E) dos atos praticados pelos agentes públicos incumbidos da gestão da Administração pública, cuja tradução inclui a prática de atos não só pelos funcionários efetivos, mas por todos os demais administrados em geral.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes da administração / Disciplinar

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO / Assembleia Legislativa/SE / 2018 / FCC

Q71.

O poder disciplinar

- A) é sempre vinculado.
- B) equipara-se, em determinadas hipóteses, ao poder punitivo do Estado, realizado por meio da Justiça Penal.
- C) não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração.
- D) pode ser exercido ainda que não esteja legalmente atribuído.
- E) vincula-se ao poder hierárquico, um reduzindo-se ao outro, haja vista que o primeiro é mais amplo que o segundo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Poderes da administração / Regulamentar

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 20ª / 2016 / FCC

Q72.

Considere as seguintes assertivas concernentes ao poder regulamentar:

I. O regulamento de execução é hierarquicamente subordinado a uma lei prévia, além de ser ato de competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

II. O poder regulamentar da Administração pública, também denominado de poder normativo, não abrange, exclusivamente, os regulamentos; ele também se expressa por outros atos, tais como por meio de instruções, dentre outros.

III. Os atos pelos quais a Administração pública exerce o seu poder regulamentar, assim como a lei, também emanam atos com efeitos gerais e abstratos.

IV. O ato normativo, em hipóteses excepcionais, poderá criar direitos não previstos em lei, sem implicar em ofensa ao princípio da legalidade.

Está correto o que se afirma em

- A) I e IV, apenas.

- B) I, II, III e IV.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Princípios básicos da administração / Responsabilidade civil da administração

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 15ª / 2018 / FCC

Q73.

A responsabilidade do Estado pode se dar em razão da celebração de contratos, no que se refere ao contratado, e extracontratualmente,

- A) pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, não sendo necessário a demonstração de culpa ou dolo, mas sim do nexo de causalidade entre a conduta dos servidores e os danos sofridos.
- B) pelos danos comissivos que os agentes e prestadores de serviços públicos causarem a terceiros, desde que demonstrado o dolo na conduta vedada pela Constituição Federal.
- C) pelas ações ilícitas cometidas pelos agentes públicos, não sendo necessário demonstrar o nexo de causalidade, apenas o prejuízo sofrido, de forma inequívoca.
- D) pela modalidade subjetiva, que somente autoriza a responsabilidade subjetiva se vier a ser comprovado o dolo ou a culpa do agente público.
- E) pelos danos causados ao patrimônio das vítimas, no caso de danos dessa natureza, que prescindem de comprovação de culpa e nexo causal.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Princípios básicos da administração / Improbidade administrativa

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TST / 2017 / FCC

Q74.

Em junho de 2014, empresa pública federal contratou, mediante concurso público, empregados públicos que iniciaram o exercício de suas funções naquele mês. Em julho de 2017 houve denúncia de que um desses empregados praticou ato de improbidade administrativa. O fato ensejou o ajuizamento de ação civil por improbidade administrativa, proposta pelo Ministério Público, na qual se pleiteou, entre outras medidas, a condenação do empregado na perda da função pública. À luz da Constituição Federal, em tese, a sentença proferida na ação civil por improbidade administrativa

- A) não poderá impor a perda da função pública ao empregado, que poderá, todavia, ser demitido mediante avaliação especial de desempenho executada pela empresa contratante, assegurada a ampla defesa, podendo, ainda, perder a função em razão de sentença penal transitada em julgado.
- B) não poderá impor a perda da função pública ao empregado, que apenas poderá ser demitido por ato privativo da Administração pública, estando essa medida fora das atribuições do Poder Judiciário.
- C) poderá impor a perda da função pública ao empregado.
- D) não poderá impor a perda da função pública ao empregado, uma vez que já adquiriu estabilidade no emprego, podendo perdê-lo apenas em razão de sentença penal transitada em julgado.
- E) não poderá impor a perda da função pública ao empregado, uma vez que já adquiriu estabilidade no emprego, podendo perdê-lo apenas em razão de sentença penal transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Serviços públicos / Conceito

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2017 / FCC

Q75.

Titularidade e execução de serviços públicos são conceitos que podem ou não estar vinculados à mesma pessoa, porque

- A) tanto a titularidade, quanto a execução dos serviços públicos devem ser expressamente delegadas à iniciativa privada quando o Poder Público pretender prover referidas utilidades de forma indireta.

- B) a titularidade dos serviços públicos demanda delegação expressa na lei que autoriza a execução daqueles pela iniciativa privada, seja por meio de concessão ou por permissão de serviços públicos.
- C) a concessão de serviços públicos transfere a titularidade do serviço para o concessionário, que gozará de proteção inerente ao regime jurídico da prestação do serviço enquanto perdurar a relação jurídica.
- D) a titularidade do serviço público remanesce com o ente federado assim competente, sendo-lhe permitido delegar à iniciativa privada a execução das referidas utilidades.
- E) somente os consórcios podem reunir titularidade e execução de serviços públicos no que concerne aos entes que integram a Administração indireta, tendo em vista que às autarquias e empresas estatais podem ser atribuídos um ou outro conceito, alternativamente.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Serviços públicos / Classificação

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA / TRF 5ª / 2017 / FCC

Q76.

A realização de um evento comemorativo no parque municipal, durante um final de semana, com diversas atividades esportivas comandadas por professores especializados e franqueadas gratuitamente à população, organizado por uma entidade sem fins lucrativos, poderá ser implementada pela Municipalidade local mediante

- A) contratação direta, com dispensa de licitação, por se tratar de pessoa jurídica sem fins lucrativos.
- B) outorga de concessão de serviço público, para prestação das atividades indicadas à população local.
- C) outorga de permissão de uso em favor da entidade, para que realize na área pública as atividades que beneficiam e interessam a toda a comunidade.
- D) contratação de permissão de uso com a entidade, para que os serviços sejam prestados, fixando-se em favor da mesma remuneração no valor equivalente aos custos para realização do evento.
- E) edição de ato de concessão de uso, possibilitando a cobrança de entrada no parque, ainda que as atividades esportivas não dependam de pagamento específico pelos usuários.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Serviços públicos / Formas e competência de prestação

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/PR / 2017 / FCC

Q77.

A relevância dos serviços públicos se expressa pela existência de princípios específicos que regem sua prestação aos usuários. Orientada por esses princípios, os responsáveis pela prestação direta ou indireta de serviço público podem adotar algumas medidas que se distinguem da execução de contratos administrativos referentes a outros objetos. Dentre elas,

- A) a prerrogativa de rescisão unilateral do contrato, salvo se nos casos de delegação não tiver havido transferência da titularidade do serviço, hipótese em que a extinção da avença deve se dar sempre por meio de decisão judicial.
- B) a desafetação de determinados serviços da categoria de serviços públicos, por meio de decisão administrativa, caso fique demonstrada redução de demanda de expressão significativa, a ponto dos investimentos serem mais adequados em outro setor.
- C) a possibilidade de alterar determinados aspectos da execução do serviço, permitindo sua atualização às mudanças tecnológicas no decorrer do tempo, como expressão do princípio da mutabilidade do regime jurídico que rege a prestação daqueles serviços.
- D) o dever de manter a prestação dos serviços públicos pelas mesmas condições inicialmente vigentes no regime jurídico de execução contratual, sem demandar do Poder Público qualquer compensação financeira ainda que demande novos investimentos, quando se tratar de delegação.
- E) a vedação à distinção entre os usuários, permitindo-se, no entanto, variação da tarifa cobrada, desde que a execução de serviços tenha sido delegada à iniciativa privada.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Serviços públicos / Lei no 8.112/90 e alterações

Fonte: ADMINISTRADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q78.

“João, servidor efetivo do INSS, foi aprovado em Concurso do Ministério da Saúde.” Considerando que

esteja em gozo de férias regulares na data de publicação de sua nomeação para o novo cargo efetivo, nos termos da Lei nº 8.112/90, a posse de João deverá ocorrer em até:

- A) 15 dias contados da investidura.
- B) 30 dias contados do fim das férias.
- C) 30 dias contados do ato de provimento.
- D) 15 dias contados da publicação da nomeação.
- E) 30 dias contados da publicação da nomeação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Lei no 8.666/93 / Disposições gerais: Princípios e Definições

Fonte: ADMINISTRADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q79.

Nos processos de licitação, pode ser estabelecida uma margem de preferência para produtos manufaturados no Brasil. Nos termos da Lei nº 8.666/93, para o estabelecimento da margem de preferência deve-se levar em consideração, EXCETO:

- A) Geração de emprego e renda.
- B) Efeito na arrecadação de tributos.
- C) Análise prospectiva de resultados.
- D) Inovação tecnológica realizada no país.
- E) Custo adicional dos produtos e serviços.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Lei no 8.666/93 / Licitação / Limites e Modalidades

Fonte: CONTADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q80.

“Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de _____ dias.”
Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 30
- B) 35
- C) 40
- D) 42
- E) 45

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Lei no 8.666/93 / Licitação / Dispensa

Fonte: CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q81.

Nos termos da Lei nº 8.666/93, quanto às hipóteses de dispensa e inexigibilidade, assinale a afirmativa correta.

- A) A lei de licitações não distingue as hipóteses de licitação dispensada das hipóteses de licitação dispensável, sendo esta distinção meramente doutrinária.

- B) Na contratação por dispensa de licitação, na hipótese de licitação deserta, fica a Administração Pública dispensada de justificar o preço do fornecedor por ela escolhido.
- C) A legislação veda a hipótese de inexigibilidade na contratação de serviços de publicidade e propaganda, ainda que o serviço seja considerado como de natureza técnica especializada.
- D) Quando caracterizada hipótese de calamidade pública ou emergência, a Administração poderá escolher entre os procedimentos licitatórios de dispensa ou de inexigibilidade, conforme a conveniência ao interesse público.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Lei no 8.666/93 / Contratos / Disposições Preliminares

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/PR / 2017 / FCC

Q82.

Partindo do conceito de contrato administrativo e das características que o predicam, bem como considerando a variedade de relações jurídicas de outras naturezas que a Administração pública pode travar, NÃO são exigências ou consequências dos contratos de locação por esta firmados:

- A) necessidade de formalização de procedimento de dispensa de licitação, caso se configure hipótese legal que autorize a não realização do certame sob esse fundamento.
- B) submissão aos prazos de vigência contratual aplicáveis aos contratos administrativos, na forma estabelecida pela Lei nº 8.666/1993.
- C) necessidade de realização de licitação salvo configuração de hipótese de dispensa ou inexigibilidade do certame.
- D) submissão aos princípios que norteiam a Administração pública, mesmo se tratando de contratos regidos pelo direito privado.
- E) necessidade de formalização de alteração contratual de valor ou objeto, desde que mantida a finalidade da avença.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Lei no 8.666/93 / Contratos / Formalização

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q83.

Em um convênio firmado entre entes integrantes da Administração direta e indireta da mesma esfera, para instalação de um centro de treinamento esportivo para menores carentes,

- A) devem ser estabelecidas as atribuições das partes e os valores que serão desembolsados para execução das mesmas, com eventuais repasses de verbas, vedada remuneração entre os convenentes e sujeito o instrumento e seus subscritores à fiscalização do Tribunal de Contas.
- B) pode ser estabelecida remuneração moderada, para suprir as despesas que o ente responsável pela execução das tarefas terá com as obras e a manutenção, não sendo sindicável pelo Tribunal de Contas em razão de não se tratar de contrato administrativo.
- C) somente cabe fiscalização do Tribunal de Contas no caso de haver remuneração entre os convenentes, sem prejuízo dos repasses de verba para custeio das despesas, mantida, sob todos os aspectos, a verificação do Poder Judiciário.
- D) há irregularidade, tendo em vista que o convênio se presta a ajuste de vontades convergentes, mas não admite o estabelecimento de atribuições materiais para as partes que envolvam efetivo desembolso por estas em função de contratações paralelas.
- E) a licitação de eventuais obras deve ser feita pela Administração direta central, vedado que o seja pelos entes da Administração indireta, em razão da maior higidez financeira e como forma de garantir o cumprimento do plano de trabalho anexo ao instrumento.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Lei no 8.666/93 / Contratos / Alteração

Fonte: CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q84.

Nos termos da Lei nº 8.666/93, quanto aos contratos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) A alteração qualitativa, para fins de maior adequação do contrato administrativo aos fins de interesse público, limita-se ao acréscimo de 25% do valor contratual inicial.

- B) Dentre as chamadas cláusulas contratuais exorbitantes, que conferem prerrogativas ao Poder Público, inclui-se a faculdade de informar a dotação orçamentária pela qual correrão as respectivas despesas.
- C) Os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela Administração Pública na hipótese, por exemplo, em que se pretenda aditivar um aumento quantitativo de 45% em obra de reforma de edifício público.
- D) Na hipótese de descumprimento, por parte do contratado, das cláusulas avençadas no contrato administrativo, mediante declaração judicial de encampação, é que a Administração poderá rescindir unilateralmente o contrato.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Lei no 8.666/93 / Contratos / Execução

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO / TRF 3ª / 2014 / FCC

Q85.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, o contratado é responsável, dentre outros, por encargos comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência do contratado, com referência a tais encargos,

- A) transfere parcialmente à Administração pública a responsabilidade por seu pagamento.
- B) poderá onerar o objeto do contrato.
- C) não transfere à Administração pública a responsabilidade por seu pagamento.
- D) poderá restringir a regularização de obras e edificações.
- E) poderá restringir a utilização de obras e edificações.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Lei no 8.666/93 / Contratos / Inexecução e Rescisão

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q86.

Constatada pela Administração a inexecução do contrato pela empresa contratada, a Lei nº 8.666/1993 autoriza a

- A) rescisão do ajuste na hipótese de descumprimento total e a aplicação de sanções, previstas na lei e no instrumento convocatório, no descumprimento parcial, este que, no entanto, não autoriza a sua rescisão.
- B) rescisão do contrato tanto na hipótese de descumprimento total como na de descumprimento parcial do ajuste.
- C) aplicação de sanções, previstas na lei e no instrumento convocatório, não sendo possível a rescisão do ajuste, em razão do princípio da continuidade da prestação do serviço público.
- D) anulação do contrato e o pagamento de indenização ao contratado pela parte executada do ajuste.
- E) anulação do contrato e o levantamento da garantia prestada, esta como forma de indenização pela parte não executada do ajuste.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Lei no 8.666/93 / Pregão Eletrônico

Fonte: CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q87.

Nos termos da Lei nº 10.520/02, quanto à modalidade de licitação por Pregão, assinale a afirmativa correta.

- A) A equipe de apoio ao pregoeiro, na licitação por pregão, deve ser constituída exclusivamente por servidores efetivos, conforme expresso na lei regente da matéria.
- B) O procedimento de pregão, em razão de sua celeridade, não prevê fase recursal, devendo o licitante dar ciência de qualquer irregularidade, posteriormente, mediante ação judicial.
- C) Na modalidade de pregão, é lícito, à Administração Pública, optar por divulgação do edital convocatório com antecedência de 30 dias em relação à data marcada para apresentação das propostas.
- D) Na hipótese de os licitantes “x”, “y”, “w” e “z” apresentarem propostas unitárias de R\$1.200,00, R\$1.292,00, R\$1.325,00 e R\$1.315,00, respectivamente, em um pregão, “w” e “z” não poderão participar da etapa de lances.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Lei no 9.784/99: o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal

Q88.

No que concerne à competência das autoridades administrativas e sua delegação, nos termos disciplinados pela Lei Federal nº 9.784, de 1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, tem-se que

- A) não é admissível a delegação de competência para decisão de recursos administrativos.
- B) a delegação somente é admitida para órgão hierarquicamente subordinado àquele detentor da competência legal.
- C) admite-se a delegação para a edição de atos normativos, desde que não gerem efeitos perante terceiros
- D) a avocação de competência de órgão hierarquicamente inferior é sempre cabível, independentemente de ato específico.
- E) não é passível de delegação a competência exclusiva, salvo para a prática de atos declaratórios.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Penal / Crimes contra a administração pública

Fonte: AGENTE ADMINISTRATIVO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q89.

Qual tipo de crime contra a administração pública é semelhante à corrupção passiva, diferenciando-se no constrangimento efetuado pelo funcionário público que exige a vantagem indevida, e a vítima, temendo a represália, cede à exigência?

- A) Peculato.
- B) Concussão.
- C) Prevaricação.
- D) Tráfico de influência.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Características básicas das organizações formais modernas / Tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE TRANSPORTE I - GESTÃO PÚBLICA / ARTESP / 2017 / FCC

Q90.

Entre os diversos tipos de estrutura organizacional apontados pela literatura, pode-se citar a denominada estrutura divisional, que, entre outros aspectos,

- A) apura lucros ou prejuízos para cada centro de resultado.
- B) possui órgãos com duração vinculada a projetos.
- C) é departamentalizada pelo critério funcional, sem autonomia para as unidades.
- D) representa um avanço em relação à estrutura matricial, decorrente da departamentalização por produtos.
- E) possui órgãos principais, ligados a projetos, e secundários, de duração limitada.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Características básicas das organizações formais modernas / Critérios de departamentalização

Fonte: TÉCNICO EM GESTÃO 01 / SABESP / 2018 / FCC

Q91.

As organizações modernas passaram a adotar a visão de trabalho em forma de processos, denotando evolução em relação a modelos anteriores, como o funcional, onde predominava a fragmentação em departamentos por especialização de atividades. Nesse contexto, constitui característica de um processo

- A) inovação associada ao uso intensivo da tecnologia, com gerenciamento de tempo por meio do uso de ferramentas como benchmarking.
- B) singularidade associada à temporalidade, não englobando atividades rotineiras da organização.
- C) ordenação específica de atividades, para transformar insumos em bens ou serviços, com identificação de inputs (entradas) e outputs (saídas).
- D) escopo claro, passível de subdivisão em tarefas ou pacotes de trabalho com responsáveis identificados.

- E) sequência lógica de decisões no âmbito da organização, representada pelo seu organograma funcional.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Processo organizacional / Planejamento, direção, comunicação, controle e avaliação

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q92.

Entre as atividades inerentes à atuação do administrador, insere-se a de direção ou coordenação, que envolve, necessariamente, a comunicação. Nesse contexto, o mecanismo que constitui uma forma simples para coordenar as atividades da organização, podendo ser formal ou informal, pautado pela comunicação entre os responsáveis pelas atividades para obter o equilíbrio entre as quantidades, tempos de produção e direções a serem seguidas, denomina-se

- A) ajuste espontâneo.
- B) matriz de responsabilidades.
- C) diagrama de Pareto.
- D) condução forçada.
- E) planejamento tático.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Organização administrativa / Centralização, descentralização, concentração e desconcentração

Fonte: ANALISTA ADMINISTRADOR / COPERGÁS / 2011 / FCC

Q93.

No caso brasileiro, um Estado federativo caracterizado por expressivas desigualdades estruturais de natureza econômica, social, política e de capacidade administrativa de seus governos, um processo de descentralização orientado para a redução dos problemas apontados acima, deve, em primeiro lugar:

- A) privilegiar a autonomia dos entes subnacionais baseada na capacidade arrecadação própria.
- B) focar na concessão de serviços públicos para o setor privado.
- C) fortalecer a articulação entre governos e sociedade civil locais.
- D) estimular a cooperação intragovernamental local.
- E) articular a coordenação intergovernamental vertical.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Organização administrativa / Organização administrativa da União

Fonte: TÉCNICO LEGISLATIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO / Assembleia Legislativa/SE / 2018 / FCC

Q94.

No que concerne aos órgãos públicos, é correto afirmar:

- A) A criação e extinção dos órgãos públicos independem de lei.
- B) No desempenho das atividades inerentes a sua competência, os órgãos públicos atuam em nome da pessoa jurídica de que fazem parte.
- C) Os órgãos públicos têm personalidade jurídica própria.
- D) A regra geral é a de que os órgãos públicos detêm capacidade processual.
- E) Os órgãos públicos são unidades de atuação integrantes apenas da estrutura da Administração direta, haja vista que as unidades de atuação integrantes da estrutura da Administração indireta denominam-se entidades.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Organização administrativa / Administração direta e indireta

Fonte: CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q95.

Quanto à Administração Direta e Indireta federal, no Direito brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) A autarquia é pessoa jurídica de direito público, integra a administração pública indireta e possui certas prerrogativas não extensíveis à iniciativa privada.
- B) As empresas públicas confundem-se, em seu conceito jurídico, com as sociedades de economia mista, já que ambas podem adotar a forma constitutiva de sociedade anônima.
- C) O Direito brasileiro não comporta a figura de fundações públicas de direito público, sendo certo que, desde 1988, todas as fundações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- D) Os Consórcios Públicos, na legislação brasileira, podem se constituir por meio da associação de entes federativos ou mediante a associação pública desses com entidades da sociedade privada.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Organização administrativa / Agências executivas e reguladoras

Fonte: ANALISTA DESENVOLVIMENTO GESTÃO JÚNIOR - ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS / Metrô/SP / 2012 / FCC

Q96.

Autarquia criada em regime especial que regula determinados setores, fiscalizando e organizando a atividade econômica, impondo limitações administrativas, exercendo todas funções do Poder Público na concessão, permissão ou autorização de serviço público ou concessão de bem público ao particular. Trata-se de:

- A) Entidade paraestatal.
- B) Agência reguladora.
- C) Agência executiva.
- D) Organização social.
- E) OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Organização administrativa / Balanced scorecard e indicadores estratégicos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q97.

No que concerne aos indicadores de desempenho da atuação da Administração Pública na busca da excelência, tem-se que:

I. A eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos insumos disponíveis para a produção de bens ou serviços.

II. A efetividade é expressão do atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade com a atuação da Administração.

III. A eficácia é uma medida de natureza estritamente financeira, usada no acompanhamento da execução orçamentária e financeira.

Está correto o que se afirma APENAS em

- A) I.
- B) I e II.
- C) II.
- D) II e III.
- E) I e III.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Gestão de Processos / Técnicas de mapeamento

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q98.

Entre as ferramentas que podem ser utilizadas na gestão de processos, notadamente na fase de mapeamento, com o objetivo de traduzir, graficamente, as etapas dos processos da organização, com as entradas (inputs) e saídas (outputs) correspondentes, insere-se

- A) a matriz SWOT.
- B) o organograma.
- C) a escala gráfica.
- D) a cadeia escalar.
- E) o fluxograma.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Gestão de Processos / Análise e racionalização de processos organizacionais

Fonte: ANALISTA ADMINISTRAÇÃO / DPE/RS / 2017 / FCC

Q99.

Ao adotar metodologia de gestão por processos, um dos conceitos básicos que se coloca para a organização é a identificação do grau de maturidade de seus processos. De acordo com a classificação proposta pela Society for Design and Process Science – SDPS, o nível mais avançado de maturidade corresponde aos denominados processos

- A) interoperados, executados e geridos com elevado grau de conhecimento das equipes envolvidas e minimização de riscos e efeitos indesejados.
- B) padronizados, a partir da adoção de manuais e metodologias aplicadas por equipes externas de consultoria especializada.
- C) modelados, quando ocorre a importação, pela organização, de modelos de processos cuja eficiência e eficácia são consagradas.
- D) emulados, que replicam, no âmbito interno da organização, as melhores práticas identificadas no mercado, utilizando o conceito de benchmarking.
- E) gerenciados, baseados no conceito de workflows, decorrentes do mapeamento e aprimoramento do fluxo dos processos repetitivos da organização.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Gestão de Processos / Arquitetura e modelagem organizacional; estrutura matricial, estrutura por processos

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - ADMINISTRAÇÃO / Assembleia Legislativa/SE / 2018 / FCC

Q100.

A abordagem por processos constitui uma forma de gestão própria das organizações modernas, focada no cliente e na geração de valor. Nesse diapasão, o processo corresponde a

- A) ação dotada de singularidade e temporalidade, com objetivos, indicadores e metas definidos.
- B) grupos organizados de pessoas atuando em uma mesma atividade ou em conjunto de atividades.
- C) um conjunto de atividades inter-relacionadas que transforma insumos (entradas) em produtos ou serviços (saída).
- D) ação de natureza estratégica, indicada pela cúpula da organização como orientadora da atuação institucional.
- E) forma de treinamento e capacitação de pessoal com foco em etapas críticas do processo produtivo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Gestão de Contratos

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/SE / 2015 / FCC

Q101.

A contratualização de resultados começou a ser adotada de maneira mais intensa no Brasil a partir da década de 1990. É correto afirmar que a contratualização de resultados

- A) é um instrumento usado no estabelecimento de metas dentro da Administração Direta.
- B) requer necessariamente o estabelecimento de um contrato com metas e meios de como alcançá-las.

- C) prioriza o estabelecimento de metas, característico da administração burocrática.
- D) avançou mais nas áreas de segurança pública e meio ambiente do que nas demais políticas públicas.
- E) esteve associada ao movimento de reforma administrativa no plano federal, mas não obteve sucesso nos governos subnacionais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Pública / Planejamento estratégico

Fonte: ADMINISTRADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q102.

O planejamento é a função administrativa de maior importância para o sucesso da organização. Uma empresa sem planejamento não consegue definir corretamente as suas metas e nem reunir esforços ou recursos para conquistar seus objetivos. Por outro lado, uma organização que consegue elaborar corretamente o seu planejamento, minimiza os riscos e maximiza o alcance de seus resultados. Sobre o processo de planejamento no nível institucional ou estratégico, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- É projetada a longo prazo, focalizando o futuro e o destino da organização.
- Envolve cada departamento ou setor, em separado.
- Resulta em ações específicas, pois focaliza o imediato/presente.
- Envolve a organização como um todo e propõe ações globais.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, V.
- B) V, F, F, V.
- C) V, V, V, F.
- D) F, F, V, V.
- E) V, F, F, F.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Financeira e Orçamentária / Orçamento público

Fonte: CONTADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q103.

O Plano Plurianual representa a mais abrangente peça de planejamento e orçamento governamental, uma vez que promove a convergência do conjunto das ações públicas que visam ao cumprimento das estratégias governamentais e dos meios orçamentários necessários à viabilização dos gastos públicos. Este plano foi instituído pela:

- A) Lei nº 6.404/76.

- B) Lei nº 10.520/2002.
- C) Lei Federal nº 4.320/64.
- D) Constituição Federal de 1988.
- E) Lei Complementar nº 101/2000.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Financeira e Orçamentária / Orçamento público no Brasil

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA / FUNAPE / 2017 / FCC

Q104.

A Emenda Constitucional nº 86, de 2015, introduziu o caráter equitativo para a execução orçamentária e financeira, segundo critérios a serem definidos em lei complementar, consolidando o que se convencionou chamar de “orçamento impositivo”, que, entre outros aspectos, contempla

- A) a obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida do exercício anterior, das quais 50% deverão, necessariamente, ser destinadas às ações e serviços públicos na área da saúde, afastada a obrigatoriedade no caso de impedimentos de ordem técnica.
- B) a inviabilidade de apresentação de emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo, salvo se respaldadas na revisão das estimativas das projeções de receita constantes do anexo de metas fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou para ações destinadas à área da saúde.
- C) a obrigatoriedade de destinar ao menos um terço do valor da estimativa de receitas prevista na Lei Orçamentária Anual para emendas individuais de parlamentares, das quais 50% deverão, necessariamente, ser destinadas a ações e serviços públicos na área da educação e saúde.
- D) a vedação à apresentação de emendas individuais de parlamentares ao projeto de lei orçamentária anual encaminhado pelo Poder Executivo, salvo para correção de erros e inexatidões, ou para assegurar a aplicação dos limites mínimos previstos na Constituição Federal para programas e ações nas áreas da saúde e educação.
- E) a obrigatoriedade do estrito cumprimento da execução orçamentária e financeira dos programas consignados na Lei Orçamentária Anual, inclusive os oriundos de emendas individuais de qualquer natureza, salvo na hipótese de revisão das metas fiscais ou materialização de passivos contingentes.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Financeira e Orçamentária / O ciclo orçamentário

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TST / 2017 / FCC

Q105.

O ciclo orçamentário compreende a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que constitui um importante instrumento de planejamento orçamentário-financeiro. Nesse contexto, compõem a LDO, entre outros aspectos:

- A) programa e ações governamentais com duração de mais de um exercício financeiro e a correspondente fonte de custeio.
- B) anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- C) autorização para abertura de créditos adicionais, especiais e extraordinários, em percentual da receita corrente líquida.
- D) autorização para realização de operações de crédito, observado o limite fixado por Resolução do Senado Federal.
- E) fixação dos limites de comprometimento com despesa de pessoal para o exercício subsequente.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Financeira e Orçamentária / Orçamento-programa; Planejamento no orçamento-programa

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q106.

Sobre o Orçamento-Programa é INCORRETO afirmar que

- A) o orçamento é o elo de interação entre o planejamento e as funções executivas da organização.
- B) a ênfase está nos meios (o que se compra) e não nas diretrizes, prioridades, objetivos e metas.
- C) o controle visa avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais.
- D) a Lei nº 4.320/1964 contém determinações para a elaboração da Lei Orçamentária Anual que são típicas do Orçamento-Programa.

- E) o principal critério de classificação está contido na Portaria STN e MOG nº 42/1999.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Administração Financeira e Orçamentária / Orçamento na Constituição da República

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 21ª / 2017 / FCC

Q107.

No tocante ao Poder Judiciário, à luz da Constituição Federal,

- A) todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, sendo vedado à lei limitar a presença, em determinados atos, às partes e a seus advogados.
- B) o Poder Executivo não poderá reduzir unilateralmente, na fase de consolidação do projeto de Lei Orçamentária Anual, o orçamento proposto pelo Poder Judiciário, desde que esse tenha sido elaborado e enviado com observância de limites, forma e prazo estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- C) ao Conselho Nacional de Justiça compete o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- D) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas em quaisquer juízos e tribunais, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juizes em plantão permanente.
- E) ao Supremo Tribunal Federal compete homologar sentenças estrangeiras e conceder exequatur às cartas rogatórias.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Administração Financeira e Orçamentária / Conceituação e classificação de receita pública

Fonte: CONTADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q108.

A receita pública pode ser conceituada como um conjunto de ingressos financeiros com fonte e fatos geradores próprios e permanentes oriundos da ação e de atributos inerentes à instituição e que, integrando o patrimônio na qualidade de elemento novo, produz-lhe acréscimos, sem, contudo, gerar obrigações, reservas ou reivindicações. Diante do exposto, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Receitas correntes.

2. Receitas de capital.

() Receita de operações de crédito.

() Receita da conversão, em espécie, de bens e direitos.

() Receita de aluguéis.

() Receita agropecuária.

() Receita industrial.

A sequência está correta em

- A) 1, 2, 2, 1, 2.
 - B) 2, 1, 1, 2, 1.
 - C) 1, 2, 1, 2, 2.
 - D) 2, 2, 1, 1, 1.
 - E) 1, 2, 2, 2, 1.
-

Administração Financeira e Orçamentária / Classificação orçamentária de receita pública por categoria econômica no Brasil

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO ESPECIALIZADO DE DEFENSORIA - CIÊNCIAS CONTÁBEIS / DPE/AM / 2018 / FCC

Q109.

Em 09/01/2017, a repartição competente de uma determinada entidade pública estadual verificou a procedência de crédito referente a "Taxas pela Prestação de Serviços" e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Em 20/02/2017, o devedor pagou a taxa em uma instituição financeira autorizada pela entidade e, em 24/02/2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a receita orçamentária classifica-se quanto à

- A) origem em Receita de Contribuições, sendo que em 09/01/2017 ocorreu a inscrição da receita orçamentária.
- B) origem em Receita de Contribuições, sendo que em 24/02/2017 ocorreu o recolhimento da receita orçamentária.
- C) espécie em Taxas, sendo que em 09/01/2017 ocorreu o lançamento da receita orçamentária.
- D) espécie em Impostos, sendo que em 20/02/2017 ocorreu a arrecadação da receita orçamentária.
- E) espécie em Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias, sendo que em 24/02/2017 ocorreu a arrecadação da receita orçamentária.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Financeira e Orçamentária / Classificação de gastos públicos

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - ADMINISTRAÇÃO / Assembleia Legislativa/SE / 2018 / FCC

Q110.

Considere as seguintes despesas:

- I. décimo terceiro do funcionalismo.
- II. consignações em folha.
- III. contribuição previdenciária do órgão público (patronal).

São classificadas como extraorçamentárias as despesas que constam APENAS em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) II e III.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Financeira e Orçamentária / Tipos de créditos orçamentários

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 6ª / 2018 / FCC

Q111.

Suponha que, em face da ocorrência de diversos casos de doença infectocontagiosa, o Ministério da Saúde tenha sido obrigado a adquirir grandes lotes de vacinas produzidas por fornecedor estrangeiro, não dispondo, contudo, de dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a cobertura dessas novas despesas. Diante de tal cenário, considerando as disposições aplicáveis da Lei nº 4.320/1964, a solução para tal situação consiste em

- A) abertura de crédito adicional suplementar, por decreto do Chefe do Executivo.
- B) abertura de crédito adicional especial, que necessita de autorização legislativa.
- C) transposição de dotações orçamentárias, desde que destinadas a custeio ou investimento na área da Saúde.
- D) utilização de créditos especiais extraordinários, constantes da reserva de contingência que integra a LOA.

- E) aditamento à LOA, por lei específica ou decreto do Chefe do Executivo, com cancelamento de outras dotações de custeio.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Administração Financeira e Orçamentária / Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar no 101/2000

Fonte: CONTADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q112.

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 ou Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, o limite de gastos de pessoal e endividamento público serão calculados com base na Receita Corrente Líquida, que é composta basicamente por receitas:

- A) Correntes e de capital arrecadadas no mês de referência.
- B) Correntes e de capital arrecadadas no bimestre de referência.
- C) Correntes e de capital arrecadadas até o trimestre de referência.
- D) Tributárias, patrimoniais, operações de créditos e decorrentes de alienação de ativos, no mês de referência.
- E) Tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Conceitos, importância, relação com os outros sistemas de organização

Fonte: ANALISTA DE GESTÃO - ADMINISTRAÇÃO / SABESP / 2018 / FCC

Q113.

Considere que determinada sociedade de economia mista pretenda adotar, como metodologia para melhorar a qualidade dos serviços prestados, a gestão estratégica de pessoas por competências. A aplicação desse método de gestão pressupõe, em sua fase inicial,

- A) a adequação da atribuição de cada emprego ou função da empresa às competências efetivamente nele disponíveis.
- B) o mapeamento das competências necessárias para os cargos (posições) da organização, incluindo as técnicas e comportamentais.
- C) a prospecção, no mercado em que atua a empresa, dos paradigmas de competência para cada atividade executada.
- D) a identificação da lacuna (gap) entre as competências em sentido abstrato (conceituais) e aquelas em sentido concreto (materiais).
- E) o mapeamento dos principais objetivos estratégicos da organização e a identificação das competências necessárias à sua consecução.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / A função do órgão de Recursos Humanos / Atribuições básicas e objetivos

Fonte: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO GESTÃO DE PESSOAS / TCE/GO / 2014 / FCC

Q114.

Para enfrentar as forças competitivas, segundo Ulrich (2010), o Departamento de RH deverá possuir 4 capacidades, EXCETO:

- A) Agente de Mudança.

- B) Defensor dos Funcionários.
- C) Parceiro na execução da estratégia.
- D) Especialista Administrativo.
- E) Desenvolvedor da eficiência.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / A função do órgão de Recursos Humanos / Políticas e sistemas de informações gerenciais

Fonte: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO - ADMINISTRATIVO / MANAUSPREV / 2015 / FCC

Q115.

Sobre os sistemas de informação, considere:

I. Os sistemas de suporte às operações enfatizam a produção de resultados específicos de informação que podem ser usados pelos gerentes, tornando desnecessário o processamento adicional pelos sistemas de informação gerencial.

II. Os sistemas de processamento de transação consistem em um tipo de suporte às operações capazes de processar transações de lote e em tempo real. Um sistema de Ponto De Venda – PDV, por exemplo, pode transmitir dados em tempo real ou à noite (em lote).

III. Os sistemas de informação gerencial fornecem fácil acesso às análises do desempenho do negócio, às ações dos concorrentes e ao desenvolvimento econômico para apoiar o planejamento estratégico. Os sistemas de informação executiva incluem os sistemas de relatórios e análise de vendas, desempenho da produção e tendências de custo.

IV. Os sistemas de gestão de conhecimento, os sistemas funcionais de negócios, os sistemas de informação estratégica e os sistemas especialistas também constituem-se em outras categorias de sistemas de informação.

Está correto o que consta APENAS em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II, III e IV.
- D) II e IV.
- E) III.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Comportamento organizacional / Relações indivíduo/organização

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - OPERAÇÃO DE COMPUTADORES / TRE/AP / 2015 / FCC

Q116.

O comprometimento com a organização pode ser compreendido como vínculo que articula cognição e afeto e ação. Por ação compreende-se o conjunto de comportamentos manifestos em prol da

- A) crença aos valores empresariais.
- B) organização.
- C) identificação com os métodos de trabalho.

- D) obediência manifesta.
- E) aceitação de todas práticas corporativas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Comportamento organizacional / Motivação

Fonte: ADMINISTRADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q117.

É fundamental para a melhoria do ambiente organizacional e, sobretudo, para a eficiência dos processos organizacionais, que as pessoas trabalhem motivadas. Apesar da motivação ser um desafio para as empresas é essencial que os gestores, gerentes ou supervisores conheçam e acompanhem de perto a sua equipe e procurem conhecer o que as motiva, assim a organização poderá estabelecer estratégias mais eficientes para a motivação de seus colaboradores. Sobre a Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow, relacione adequadamente as colunas a seguir.

Fisiológicas.

2. Segurança.

3. Sociais.

4. Estima.

5. Autorrealização.

() Inclui a afeição, a aceitação, a amizade, o pertencimento e o relacionamento humano.

() Fome, sede, sono, outras necessidades corporais.

() Constitui o impulso de ser aquilo que é capaz de ser; crescimento pessoal e alcance da plena potencialidade da pessoa.

() Inclui fatores internos como autorrespeito, autonomia, senso de competência e fatores externos como status, reconhecimento, prestígio.

() Proteção contra ameaças ou perigo físico e emocional.

A sequência está correta em

- A) 5, 1, 2, 4, 3.
- B) 4, 3, 5, 1, 2.
- C) 2, 4, 3, 5, 1.
- D) 3, 1, 5, 4, 2.
- E) 1, 2, 3, 4, 5.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Comportamento organizacional / Liderança

Fonte: ADMINISTRADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q118.

A liderança é um conceito bastante complexo. Apesar de existirem muitas teorias, pesquisas e autores que publicam sobre a liderança, é unânime o entendimento de que a “figura do líder” é fundamental para que as organizações consigam mobilizar pessoas, em todos os níveis organizacionais, para o alcance dos objetivos e metas que foram estabelecidos no planejamento estratégico. Sobre as aplicações práticas do conceito de liderança, conforme teoria de House e Dessler, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Líder apoiador: preocupa-se com os assuntos, o bem-estar e as necessidades das pessoas. O comportamento do líder é aberto, criando um clima de equipe. Trata os subordinados como iguais.
- B) Líder diretivo: conta aos subordinados exatamente o que pretende fazer. O comportamento do líder inclui o planejamento, a programação de atividades, o estabelecimento de objetivos, entre outros.
- C) Líder amigo: eleva o relacionamento pessoal com seus subordinados a outro patamar. O líder incentiva os laços de amizade em detrimento dos laços profissionais. Encoraja a ação dos grupos informais no ambiente organizacional.
- D) Líder participativo: consulta os subordinados a respeito das decisões. Inclui perguntas sobre opiniões e sugestões, encoraja a participação na tomada de decisão.
- E) Líder orientado para metas e resultados: formula objetivos claros e desafiadores aos subordinados. O comportamento do líder enfatiza desempenho de alta qualidade e melhorias sobre o desempenho atual.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Comportamento organizacional / Desempenho

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q119.

A fixação de metas é elemento-chave para impulsionar a melhoria do desempenho, o qual deve operar em alguns processos sem apresentar qualquer defeito ou com 100% de aderência ao padrão. Esta definição está atrelada a metas

- A) superiores.
- B) externas.
- C) internas.
- D) contínuas.
- E) absolutas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Competência interpessoal

Fonte: ANALISTA PREVIDENCIÁRIO - ADMINISTRATIVO / MANAUSPREV / 2015 / FCC

Q120.

Na gestão de pessoas, refere-se à redução da dependência dos empregados em relação aos superiores:

- A) coaching.
- B) mentoring.
- C) empowerment.
- D) headhunters.

- E) broadbanding.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Gerenciamento de conflitos

Fonte: ADMINISTRADOR / Ministério da Saúde / 2017 / IDECAN

Q121.

A ocorrência do conflito nas organizações é uma situação relativamente comum; no entanto, é essencial para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável e agradável, que os gestores saibam identificar as causas destes conflitos, para desativá-los, a tempo de evitar uma contaminação ainda maior do ambiente organizacional. Sobre os diferentes estilos de administração de conflitos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Estilo de acomodação: consiste em resolver os pontos menores de discordância e deixa os conflitos maiores para a frente.
- B) Estilo de compromisso: é utilizado quando uma parte aceita soluções razoáveis para a outra e cada parte aceita ganhos e perdas na solução.
- C) Estilo competitivo: é a atitude de confronto e de dominação em que uma parte se engaja em uma competição do tipo ganhar/perder forçando o uso de autoridade. O negócio é ganhar.
- D) Estilo de evitação: é uma atitude de fuga em que o administrador procura evitar as situações de conflito, buscando outra saída ou deixando as coisas como estão para que, com o tempo, o conflito se torne menos intenso.
- E) Estilo de confrontação: é utilizado para erradicar a ocorrência de conflito no ambiente organizacional. O administrador utiliza-se de advertências, suspensões e até mesmo demissões de funcionários envolvidos em conflitos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Gestão de pessoas do quadro próprio e terceirizadas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q122.

As tarefas de Gestão de Pessoas mudaram com o tempo. Hoje, elas são desempenhadas nas organizações por dois grupos de executivos: de um lado os gerentes de linha que estão envolvidos diretamente nas atividades de gestão de pessoas por serem responsáveis pela utilização eficaz de seus subordinados e, de outro, os especialistas em gestão de pessoas que atuam como

- A) consultores internos.
- B) assessores de linha.
- C) analistas técnicos.
- D) agentes de controle de qualidade.
- E) fiscais da conduta de liderança.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Recrutamento e Seleção: técnicas e processo decisório

Fonte: TÉCNICO EM GESTÃO 01 / SABESP / 2018 / FCC

Q123.

A empresa Alfa passou por uma recente reestruturação e alguns cargos novos foram criados. Para preencher estes cargos, a empresa procurou, mediante ampla divulgação e utilização dos canais disponíveis, em sua própria estrutura e também no mercado, candidatos que apresentassem os perfis desejados, compatíveis com as vagas a serem preenchidas. A etapa assim descrita corresponde à atividade de

- A) seleção assistida, em substituição ao recrutamento tradicional, o qual é sempre externo.
- B) promoção interna e divulgação externa, que constituem diferentes abordagens para a etapa de seleção.
- C) recrutamento, em sua forma mista: de âmbito interno e externo, constituindo etapa precedente à seleção propriamente dita.
- D) seleção interna e recrutamento externo, utilizados simultaneamente como forma de assegurar a melhor escolha.
- E) rotação de cargos, objetivando mudança de posições dentro da organização.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Avaliação de Desempenho: objetivos, métodos, vantagens e desvantagens

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q124.

Os métodos de Avaliação de desempenho: Pesquisa de Campo, Incidentes Críticos, Frases Descritivas e Escalas Gráficas são métodos com ênfase no

- A) baixo desempenho.
- B) presente.
- C) futuro.
- D) passado.
- E) desempenho destacado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Desenvolvimento e treinamento de pessoal: levantamento de necessidades, programação, execução e avaliação

Fonte: ANALISTA LEGISLATIVO - CONTABILIDADE / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q125.

Quando o treinamento é baseado em competências, ele se baseia na lacuna existente entre as competências disponíveis e existentes e as competências necessárias

- A) à direção da empresa, à área de recursos humanos ou à liderança.
- B) à sociedade, ao grupo social ou à pessoa.
- C) ao mercado, aos clientes em potencial ou ao cliente da empresa.
- D) à organização, à unidade organizacional ou ao trabalho da pessoa.
- E) ao mundo globalizado, ao mercado de trabalho, ao segmento de atuação da empresa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Gestão de Pessoas nas Organizações / Gestão por competências

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ARQUIVOLOGIA / TRT 2ª / 2018 / FCC

Q126.

Quando o treinamento é baseado em competências, ele se baseia na lacuna existente entre as competências disponíveis e existentes e as competências necessárias

- A) à direção da empresa, à área de recursos humanos ou à liderança.
- B) à sociedade, ao grupo social ou à pessoa.
- C) ao mercado, aos clientes em potencial ou ao cliente da empresa.
- D) à organização, à unidade organizacional ou ao trabalho da pessoa.
- E) ao mundo globalizado, ao mercado de trabalho, ao segmento de atuação da empresa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Q127.

Os serviços e benefícios que visam proporcionar aos empregados certas facilidades, conveniências e utilidades, para melhorar sua qualidade de vida, são denominados planos

- A) recreativos.
- B) supletivos.
- C) cooperativos.
- D) assistenciais.
- E) legalistas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Aprendizagem Organizacional / Educação à distância

Q128.

Duas características básicas encontram-se presentes na educação à distância: a separação física entre o professor e o aluno e a utilização de meios técnicos para a comunicação. Considere as seguintes características adicionais:

I. Interatividade: qualquer processo que permite a participação do usuário.

II. Disponibilidade: os conteúdos disponíveis onde e quando solicitados.

III. Individualização do estudo: respeito ao ritmo do aluno, com possibilidade de interromper a atividade ou repeti-la.

Aplicam-se à educação à distância:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.
- E) III, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética e Conduta Pública / Ética e moral; Ética, princípios e valores

Q129.

Verifica-se, historicamente, diferentes abordagens sobre ética. Uma delas preconiza que o bem de uma ação depende não tanto da intenção, mas das consequências que ela tem, ou seja, uma conduta só pode ser avaliada como boa se for útil, no sentido de fazer bem ao maior número possível de pessoas e mal ao menor número possível. Trata-se da abordagem em ética denominada

- A) utilitarismo.
- B) existencialismo.
- C) racionalismo.
- D) relativismo.
- E) naturalismo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética e Conduta Pública / Ética no Setor Público / Código de Ética Profissional do Serviço Público – Decreto no 1.171/1999 e Decreto no 6.029/2007

Q130.

Considere que um servidor do Ministério da Saúde tenha praticado as seguintes condutas:

- I. Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa.
- II. Facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.
- III. Ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração ao Código de Ética.
- IV. Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público.

Nos termos do Decreto nº 1.171/94, o servidor incorre em infração ética em face apenas das condutas:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) III e IV.
- E) I, II e IV.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética e Conduta Pública / Ética no Setor Público / Lei nº 8.112/90 – regime disciplinar / Deveres e proibições

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - MEDICINA / TRT 9ª / 2013 / FCC

Q131.

Representam condutas do servidor que correspondem, respectivamente, a um DEVER e a uma PROIBIÇÃO expressamente previstos na Lei nº 8.112/90:

- A) representar contra abuso de poder e participar de gerência de sociedade privada comercial.
- B) trabalhar em horário estendido quando o interesse público assim o exigir e exercer mandato junto a repartições públicas.
- C) trabalhar em horário estendido quando o interesse público assim o exigir e manter seu cônjuge sob sua chefia imediata.
- D) atender com presteza e prestar informações ao público em geral e manifestar opinião sobre questão política.
- E) ausentar-se do serviço quando necessário e participar de gerência de sociedade privada comercial quando em licença para tratar de interesses particulares.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética e Conduta Pública / Ética no Setor Público / Lei nº 8.112/90 – regime disciplinar / Acumulação de cargos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / TRT 9ª / 2015 / FCC

Q132.

A Constituição Federal, texto original, já trazia vedação à acumulação de cargos públicos, proibição que permaneceu, com alterações, após as Emendas Constitucionais nº 19, de 1998 e nº 34, de 2001. A Lei nº 8.112/1990, por sua vez, disciplina referida vedação. Segundo o texto da referida lei,

- A) a proibição de acumular não alcança cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, porquanto cuida-se de norma dirigida tão somente à Administração Direta, em razão do regime jurídico único, qual seja, estatutário.
- B) o servidor federal não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva, regra que não admite exceção.
- C) a acumulação lícita de cargos somente se viabiliza juridicamente quando haja compatibilidade de horários e correlação de matérias entre os vínculos mantidos com a Administração.
- D) apenas incide a vedação, é dizer, a proibição de acumulação, na hipótese de os vínculos (cargos, empregos ou funções) serem remunerados, não subsistindo a vedação quando uma das funções desempenhada não seja remunerada.

- E) a vedação à acumulação não se aplica aos cargos em comissão, de livre admissão e exoneração, abrangendo apenas os vínculos de natureza efetiva.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética e Conduta Pública / Ética no Setor Público / Lei no 8.112/90 – regime disciplinar / Responsabilidades

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/RN / 2011 / FCC

Q133.

A responsabilidade do servidor público civil

- A) resulta de ato apenas comissivo, praticado no desempenho de cargo ou função.
- B) somente será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato.
- C) de reparar o dano não se estende aos sucessores do servidor público.
- D) decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- E) implicará na aplicação de sanção administrativa, que não poderá cumular-se com demais sanções de natureza penal ou civil, sob pena de caracterizar bis in idem.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética e Conduta Pública / Ética no Setor Público / Lei no 8.112/90 – regime disciplinar / Penalidades

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 20ª / 2016 / FCC

Q134.

Claudio, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª

Região, foi procurado pelo particular Saulo que solicitou ao

servidor um tratamento diferenciado ao seu processo em curso perante o Tribunal. Claudio acolheu a solicitação e posicionou o processo de Saulo na frente dos demais, possibilitando uma imediata apreciação do Tribunal, sem qualquer justificativa legal para tanto. Em troca, recebeu de Saulo uma vultosa quantia em dinheiro. Em razão do ocorrido, Claudio foi processado e condenado administrativamente pelo Tribunal, sendo-lhe aplicada a pena de demissão por improbidade administrativa. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a mencionada pena de demissão

- A) incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 anos.
- B) impossibilita Claudio de retornar ao serviço público federal.
- C) não está sujeita a qualquer prazo prescricional, haja vista a gravidade da conduta.
- D) é infundada, pois apenas o Judiciário pode decretar a demissão de servidor em razão do cometimento de improbidade administrativa.
- E) incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 8 anos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética e Conduta Pública / Ética no Setor Público / Lei no 8.429/92 / Disposições gerais

Fonte: ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE TRANSPORTE I - GESTÃO PÚBLICA / ARTESP / 2017 / FCC

Q135.

João, servidor público de autarquia estadual, recebeu vantagem econômica, para tolerar a prática de narcotráfico. Em razão do ocorrido e da gravidade do fato, o Ministério Público Estadual ingressou com a respectiva ação de improbidade administrativa contra o citado servidor. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, constitui requisito imprescindível à caracterização do citado ato ímprobo, dentre outros,

- A) dano ao erário.
- B) conduta dolosa.
- C) beneficiamento de terceiros.
- D) conduta meramente culposa.
- E) enriquecimento sem causa do Poder Público.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Ética e Conduta Pública / Ética no Setor Público / Lei no 8.429/92 / Atos de improbidade administrativa

Fonte: CONSULTOR DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATO / CRF/SP / 2018 / IDECAN

Q136.

Nos termos da Lei nº 8.429/92, quanto à improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) Todo ato de improbidade administrativa é, também, crime.
- B) Algum ato de improbidade administrativa é, também, crime.
- C) Nenhum crime é, também, ato de improbidade administrativa.
- D) Todo ato de improbidade administrativa é, também, prejuízo ao erário.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação de Inclusão e Acessibilidade / Lei nº 13.146/2015: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 15ª / 2018 / FCC

Q137.

Claudimir é proprietário de uma escola particular de ensino médio. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, a instituição de Claudimir, deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar,

- A) facultativamente, a adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência.
- B) obrigatoriamente, a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
- C) obrigatoriamente, as pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva.
- D) obrigatoriamente, a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.
- E) facultativamente, a oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Legislação de Inclusão e Acessibilidade / Lei nº 12.288/2010: Estatuto da Igualdade Racial

Fonte: ANALISTA ÁREA SAÚDE - ESPECIALIDADE ASSISTENTE SOCIAL / DPE/RS / 2017 / FCC

Q138.

O Estatuto da Igualdade Racial garante à população negra a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, e o combate à discriminação e intolerância racial. Entre suas proposições está a

- A) destinação de cotas raciais nas instituições de ensino superior.
- B) destinação de cotas raciais em concursos públicos federais.
- C) política Nacional para População Quilombola.
- D) desenvolvimento de ações multiraciais e culturais nas três esferas.
- E) política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>